

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
COLEGIADO DO CURSO DE ECONOMIA**

**ELLEN LEITUGA SILVA**

**A IMPORTÂNCIA DA UESB PARA O DINAMISMO  
ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA  
CONQUISTA NO ANO DE 2011**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2013

**ELLEN LEITUGA SILVA**

**A IMPORTANCIA DA UESB PARA O DINAMISMO  
ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA  
CONQUISTA NO ANO DE 2011**

Monografia apresentada ao Curso de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito obrigatório para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Ms. Ronan Soares dos Santos

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2013

**ELLEN LEITUGA SILVA**

**A IMPORTANCIA DA UESB PARA O DINAMISMO  
DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA  
NO ANO DE 2011**

Monografia apresentada ao Curso de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito obrigatório para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Defendida e aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/ de 2013.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Ms. Ronan Soares dos Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
(Orientador)

---

Prof. Dr. Gildásio Santana Júnior

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
(Examinador)

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Delza Rodrigues de Carvalho

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
(Examinadora)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, minha fonte de inspiração, perspicácia e bênçãos.

À minha querida mãe que sempre me apoiou e encorajou nessa longa batalha da vida. Sou e serei eternamente grata. Tens minha admiração, respeito e gratidão.

À minha querida irmã Deise, aos meus sobrinhos e ao meu pai que me apoiaram integralmente e confiaram em meu trabalho de conclusão.

Ao professor Ronan Soares, meu orientador e grande mestre, que me estimulou e socorreu nos momentos difíceis deste trabalho. Devo os ensinamentos e respeito por ser um admirável profissional.

À professora Andréa Braz, que me auxiliou com suas dicas de grande valia, proporcionando ao meu trabalho peculiaridades importantes.

Aos amigos de jornada Flavia Lima, Thaís Barreto, Viviane Gondim e Luciano Almeida. Sinto-me particularmente honrada em tê-los como companhia.

Aos funcionários que gentilmente me prestaram atendimento e esclarecimento, em especial Viviane (Gefin), que me auxiliou muito com o orçamento da UESB; Manuela (Pós-graduação); Esdras e Robson (almojarifado). Muito grata a todos.

E finalmente, aos colegas e professores que me auxiliaram nas atividades universitárias.

## RESUMO

Este trabalho discute a importância econômica da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia para o Município de Vitória da Conquista – BA. O objetivo geral é identificar os efeitos diretos e indiretos dos gastos provenientes do funcionamento da Universidade sobre a economia do município, tomando como referência o ano de 2011. Especificamente, o estudo busca: a) contabilizar os investimentos do governo estadual que entram no município através da Universidade; b) mensurar quanto a UESB gera em recursos para a economia local, considerando-se as retenções e as fugas; c) comparar o orçamento da UESB com o valor agregado das dez maiores empresas do município; d) comparar os resultados obtidos com as pesquisas realizadas pelos autores Santos (2007) e Lopes (2003) e verificar em que medida o trabalho confirma, amplia ou contradiz o conhecimento corrente sobre o tema. No que se refere ao referencial teórico, utilizou-se a Teoria da Base de Exportação e a Teoria do Desenvolvimento Regional, destacando as contribuições dos autores Sergio Boiser, Edgar Houver, Joseph Fisher, Mario Polèse, Charles Tiebout e Douglass North. Quanto aos aspectos metodológicos, a pesquisa se classifica como bibliográfica, tendo recorrido a dados secundários para obtenção de informações; descritiva e exploratória, uma vez que faz uso da coleta, descrição e registro de dados; e documental, já que foram consultados e analisados documentos fornecidos pela própria instituição e por outras fontes. No que diz respeito ao método de abordagem, utilizou-se o hipotético-dedutivo, procedendo-se à formulação do problema da pesquisa, construção de hipótese, dedução de consequências da hipótese formulada, tentativa de falseamento ou refutação da hipótese deduzida e corroboração da hipótese formulada por não ter sido possível seu falseamento ou refutação. A análise dos dados apontou que a UESB é um importante vetor de dinamismo e desenvolvimento para Vitória da Conquista, tendo em conta os efeitos multiplicadores gerados pelos gastos relacionados ao funcionamento da instituição no município.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento local. Dinamismo Econômico. Gastos Públicos, UESB.

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b> - Construção de modulo de salas de aula - área construída de 919,20m <sup>2</sup> .....	44
<b>FIGURA 2</b> - Módulo de Engenharia Florestal - área construída de 1.444,42m <sup>2</sup> .....	44
<b>FIGURA 3</b> - Módulo de Educação - área construída de 754.70m <sup>2</sup> .....	45
<b>FIGURA 4</b> - Construção da Fábrica de Doces e Biscoitos área construída de 407,20m <sup>2</sup> .....	45
<b>FIGURA 5</b> - Pintura das Paredes Internas e Externas do Módulo Administrativo .....	46
<b>FIGURA 6</b> - Pintura das Paredes Internas e Externas no Módulo de Laboratório.....	46
<b>FIGURA 7</b> - Reabilitação das Vias de Acesso .....	47
<b>FIGURA 8</b> - Construção da Segunda Etapa da Residência Universitária - área construída de 279,45m <sup>2</sup> .....	47
<b>FIGURA 9</b> - Construção de Calçadas.....	48
<b>FIGURA 10</b> - Conclusão da Biofábrica - área construída de 86,97m <sup>2</sup> .....	48
<b>FIGURA 11</b> - Sinalização das vias internas do campus.....	49
<b>FIGURA 12</b> - Reforma da Creche área reformada de 316,65m <sup>2</sup> .....	49
<b>FIGURA 13</b> - Detalhamento das despesas de capital e despesas correntes.....	52
<b>FIGURA 14</b> - Análise quantitativa das retenções financeiras em 2011 gerado pela UESB...54	
<b>FIGURA 15</b> - Participação dos Setores do PIB, Bahia – 2010.....	56

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b> - Impacto das despesas da UESB campus V/C com Custeio, investimentos e salários no Município de Vitoria da Conquista, em 2000.....	32
<b>QUADRO 2</b> - Comparação dos itens orçamento total da UESB campus V/C e salários dos autores Lopes (2003) e Santos (2007).....	36

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1</b> - Gastos derivados das IES Públicas, município de V/C, em 2006. ....	34
<b>TABELA 2</b> - Total de gastos com pessoal (pagamento de salários) nas IES Públicas, 2007. ....	34
<b>TABELA 3</b> - Recursos atraídos pelas IES privadas de Vitória da Conquista, 2007 .....	34
<b>TABELA 4</b> - Comparação dos recursos atraídos pelas IES ao valor adicionado das dez maiores empresas do município de Vitória da Conquista .....	35
<b>TABELA 5</b> - Quantidade de docentes da UESB, por departamento, campus Vitória da Conquista, 2013.....	40
<b>TABELA 6</b> - Cursos de Graduação oferecidos pela UESB, campus Vitória da Conquista, 2013.....	40
<b>TABELA 7</b> - Recursos destinados às bolsas para discentes e aos projetos de financiamento interno em R\$ para o ano de 2011 .....	43
<b>TABELA 8</b> - Valor em R\$ das compras de bens para o campus de V/C, os valores de permanência no mercado local e as fugas. ....	53
<b>TABELA 9</b> - Comparação das receitas da PMVC com as despesas da UESB V/C (R\$) .....	57
<b>TABELA 10</b> - Comparação das receitas da UESB com o valor agregado das 10 e 5 maiores empresas da cidade.....	57
<b>TABELA 11</b> - Comparação dos autores Lopes (2003) e Santos (2007) aos resultados obtidos.....	58
<b>TABELA 12</b> - Comparação das receitas da UESB V/C com três categorias de arrecadação da PMVC por autor (%). ....	59

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AOP - Assessoria de Obras e Projetos

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DCE – Departamento de Ciências Exatas

DCN – Departamento de Ciências Naturais

DCSA – Departamento de Ciências Sociais Aplicadas

DEAS - Departamento de Engenharia Agrícola e Solos

DELL- Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários

DFCH- Departamento de Filosofia e Ciências Humanas

DFZ- Departamento de Fitotecnia e Zootecnia

DG – Departamento de Geografia

DH – DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

FTC – Faculdade de Tecnologia e Ciência

FAINOR – Faculdade Independente do Nordeste

FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

FAPEX – Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão

GEAC – Subgerência de Assistência Estudantil

GEFIN – Gerencia Financeira da UESB

ICMS – Imposto sobre circulação de Mercadorias e Serviços

IES – Instituições de Ensino Superior

PIB – Produto Interno Bruto

PMVC – prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

PPG - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PROFMAT/UESB - Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional

PROUNI – Programa Universidade para Todos

SUCAB - Superintendência de Construções Administrativas da Bahia

UESB – Universidade Estadual do sudoeste da Bahia

UFBA – Universidade Federal da Bahia

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SUAS IMPLICAÇÕES .....</b>	<b>14</b>
1.1 A Abordagem Tradicional do Desenvolvimento Regional .....	14
1.2 A Nova Abordagem do Desenvolvimento Regional .....	17
<b>2 DOIS EXEMPLOS DE PESQUISAS VOLTADAS PARA O ESTUDO DE UNIVERSIDADES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL .....</b>	<b>29</b>
2.1 Caso 1: Universidade Pública e Desenvolvimento Local: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.....	29
2.2 Caso 2: Instituições de Ensino Superior e o Desenvolvimento Local em Vitória da Conquista.....	32
<b>3 DINAMIZAÇÃO PROMOVIDA PELA UESB NA ECONOMIA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA.....</b>	<b>37</b>
3.1 UESB.....	37
3.1.1 Cursos de Graduação e Pós-graduação (Lato Sensu e Scricito Sensu) .....	40
3.1.2 Infraestrutura .....	43
3.2 Recursos destinados ao campus de Vitória da Conquista .....	50
3.3 Orçamento da Prefeitura de Vitória da Conquista versus Orçamento da UESB (Exercício 2011).....	56
3.4 Relação dos resultados alcançados com as conclusões das pesquisas dos autores Santos (2007) e Lopes (2003) .....	58
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS . .....</b>	<b>63</b>



## INTRODUÇÃO

As universidades públicas são reconhecidas como importantes fontes de dinamismo econômico, crescimento e desenvolvimento para uma região. Isso por conta dos vultosos gastos gerados a partir de seu funcionamento, especialmente no que se refere à geração de emprego e renda e seus efeitos multiplicadores sobre a economia local.

Dentro desse contexto, o presente trabalho toma como recorte empírico a presença da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia no município de Vitória da Conquista - BA e se propõe a analisar em que medida a instituição tem contribuído para o dinamismo e crescimento econômico da cidade. O estudo tem como objetivo geral identificar os efeitos diretos e indiretos dos gastos provenientes do funcionamento da universidade sobre a economia do município, tomando como referência o ano de 2011. Especificamente, busca-se: a) contabilizar os investimentos do governo estadual que entram no município através da Universidade; b) mensurar quanto a UESB gera em recursos para a economia local, considerando-se as retenções e as fugas; c) comparar o orçamento da UESB com o valor agregado das dez maiores empresas do município; d) comparar os resultados obtidos com as pesquisas realizadas pelos autores Santos (2007) e Lopes (2003) e verificar em que medida o trabalho confirma, amplia ou contradiz o conhecimento corrente sobre o tema.

Assim, tem-se como problema a ser investigado: será a UESB importante vetor de dinamismo e crescimento econômico para a economia de Vitória da Conquista?

A hipótese central do trabalho é a de que a UESB contribui de forma relevante para o crescimento e dinamismo econômico do município em questão, tendo em conta os efeitos multiplicadores gerados pelos gastos relacionados ao seu funcionamento, sobretudo, no que se refere aos salários pagos aos professores e funcionários e aos investimentos realizados pelo governo estadual visando à manutenção e crescimento da instituição. Além disso, a universidade também constitui um importante vetor de desenvolvimento local em razão das grandes contribuições que presta à comunidade em termos de ensino, pesquisa e extensão.

Para responder à pergunta aqui formulada, serão analisados detalhadamente os seguintes aspectos: os gastos do Governo Estadual na UESB e os retornos econômicos que esses recursos promovem para a economia local através dos salários pagos aos docentes e funcionários; o custeio em gastos para manutenção da instituição; os investimentos realizados com vistas à expansão do campus (aumento da área física das universidades por meio de construções de novas salas de aula, laboratórios, aquisição de computadores e livros para o acervo bibliotecário, entre outros); e a estimativa em reais que retorna para a economia da

cidade. Subsidiariamente, proceder-se-á a três comparações com o intuito de identificar a real contribuição da instituição para a economia local: uma entre o orçamento da UESB e o da Prefeitura Municipal; outra entre o orçamento da UESB e o valor agregado das dez maiores empresas do município; e, por fim, entre os resultados obtidos por este estudo e as pesquisas já realizadas pelos autores Santos (2007) e Lopes (2003) acerca da temática abordada.

Quanto aos aspectos metodológicos, a pesquisa se classifica como bibliográfica, tendo recorrido a dados secundários para obtenção de informações; descritiva e exploratória, uma vez que faz uso da coleta, descrição e registro de dados; e documental, já que foram consultados e analisados documentos fornecidos pela própria instituição abordada e por outras fontes. Assim, fez-se um levantamento dos dados secundários na Gerencia Financeira (GEFIN), Subgerência de assuntos Estudantis (GEAC), Assessoria de Obras e Projetos (AOP), PMVC e Almoxarifado da UESB.

No que diz respeito ao método de abordagem, utilizou-se o hipotético-dedutivo, procedendo-se à formulação do problema da pesquisa, construção de hipótese, dedução de consequências da hipótese formulada, tentativa de falseamento ou refutação da hipótese deduzida e comprovação da hipótese formulada por não ter sido possível seu falseamento ou refutação.

Este trabalho está dividido em três capítulos: 1) Desenvolvimento regional e suas implicações; 2) Dois exemplos de pesquisas voltadas para o estudo de Universidades e desenvolvimento regional; 3) Dinamização promovida pela UESB na economia do município de Vitória da Conquista.

O primeiro capítulo é dedicado ao referencial teórico e apresenta teorias como a economia aberta, a Teoria da Base Econômica, o novo paradigma de desenvolvimento regional, os estágios econômicos tradicionais, a Teoria da Base de Exportação e capacidade de organização social. Neste sentido, serão destacadas as contribuições dos autores Sergio Boiser, Edgar Houver, Joseph Fisher, Mario Polèse, Charles Tiebout e Douglass North

No segundo capítulo são apresentadas as pesquisas realizadas por Lopes (Universidade Pública e Desenvolvimento Local: uma abordagem a partir dos pastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia) e Santos (Instituições de Ensino Superior e o Desenvolvimento Local em Vitória da Conquista) ambos com enfoque na UESB e voltadas para o estudo do desenvolvimento regional a partir de universidades públicas;

No terceiro capítulo, serão apresentados, inicialmente, os recursos que o Governo Estadual transfere para a instituição. Em seguida, discute-se a importância da UESB para o município de Vitória da Conquista, enfocando-se, sobretudo, o aspecto econômico. Por fim,

faz-se uma comparação entre o orçamento da Universidade com o valor agregado das dez maiores empresas do município.

Tendo em conta que pesquisas envolvendo a temática aqui abordada vêm sendo cada vez mais realizadas e valorizadas no meio acadêmico e profissional, este trabalho se reveste de importância na medida em que pretende contribuir com o enriquecimento dos estudos em desenvolvimento regional/local. De modo geral, pretende-se demonstrar a relevância da presença de uma universidade estadual no município de Vitória da Conquista no que diz respeito, entre outros aspectos, aos benefícios trazidos pela mesma para a economia local.

## **1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SUAS IMPLICAÇÕES**

Neste capítulo, analisaremos a evolução das ideias relacionadas ao conceito de desenvolvimento regional, que partem do paradigma centro-abaixo (voltadas para políticas nacionalistas de crescimento e externas à região) e desembocam em teorias que dão maior ênfase às questões regionais e aos agentes locais como sendo os determinantes do processo de desenvolvimento. Nesse percurso, iremos considerar a evolução da estrutura produtiva através da teoria dos estágios e suas contravenções; a Teoria da Base de Exportações, contribuindo para o dinamismo da economia regional; a ideia de fugas e o efeito multiplicador e, por fim, as transferências governamentais como incentivo ao desenvolvimento regional.

### **1.1 A Abordagem Tradicional do Desenvolvimento Regional**

Foi a partir da década de 1950 que acadêmicos e políticos começaram a dar maior importância aos estudos e planejamentos regionais. Contribuiu para isso uma conjuntura internacional marcada por guerras e fortes ideologias políticas. Segundo Lopes (2003), alguns governos tinham como característica definida um alto teor nacionalista, principalmente os da América Latina, dando espaço a modificações estruturais administrativas, que tinham por finalidade planejar o povoamento de territórios nacionais por meio de alguns métodos como investimento público em infraestrutura.

Esse período se caracterizou pela predominância do paradigma “de cima pra baixo” (ou do centro-abaixo), em torno do desenvolvimento regional.

As características mais relevantes estão associadas ao conceito da industrialização como processo-motor do crescimento econômico (e da modernização), à ideia (concomitante) da urbanização e, finalmente, ao caráter marcadamente centralizador que, do ponto de vista da tomada de decisões, assumem as propostas de desenvolvimento regional (BOISIER, 1989, p. 597).

Até a década de 1970, o que se tinha como padrão de desenvolvimento regional era o modelo “centro-abaixo”. Para as visões neoclássica, keynesiana e institucional ele se dava através de perspectivas exógenas, ou seja, era alcançado a partir de estímulos externos ao local.

Tudo o que se fazia em termos de políticas de desenvolvimento partia de esferas superiores em direção à região. O acompanhamento regional era feito a nível nacional e até então não se considerava as particularidades locais, ou seja, não se conhecia as necessidades

de perto, pois o planejamento era feito de forma análoga, igual para todas as regiões. Nesse contexto, a Teoria dos Estágios apareceu como forma tradicional de se alcançar o desenvolvimento regional. A estratégia era definir uma série de etapas a serem seguidas pelas regiões como forma de alcançar o desenvolvimento. Acreditava-se que seria possível criar uma espécie de manual único, padronizado e rígido para todas. Em outras palavras, desconsideravam-se as diferenças e particularidades de cada local.

Hoover e Fisher (1977) descreveram a Teoria de Estágio mostrando as etapas do processo para o alcance do desenvolvimento regional da seguinte forma: o primeiro estágio da história econômica de grande parte das regiões refere-se a uma fase de economia de subsistência, autossuficiente, na qual o comércio é inexpressivo e a população, predominantemente agrícola, fixa-se nos locais mais próximos dos recursos naturais. O segundo estágio é caracterizado pelo surgimento do comércio inter-regional graças ao desenvolvimento dos transportes, da especialização local e do deslocamento das culturas agrícolas, que vão da pecuária extensiva até a produção de cereais.

O terceiro estágio é caracterizado pela industrialização, que decorre dos rendimentos decrescentes da agricultura. Para que a região não tenda a uma redução na renda *per capita*, devido ao aumento da população, é indispensável que haja a industrialização. O estágio final do desenvolvimento é alcançado quando a região se especializa em atividades terciárias, produzindo para exportação.

Segundo Hoover e Fisher (1977), os critérios que norteiam os padrões de crescimento desejáveis de uma região estão baseados em pontos como distribuição e estabilidade da renda, independência política e econômica de outras regiões, segurança econômica dos indivíduos e magnitude das oportunidades econômicas individuais.

Os autores afirmam que, em regiões economicamente desenvolvidas determinados conceitos como homogeneidade e autossuficiência tendem a se opor devido ao fato de que quando há especialização na produção (homogeneidade) ocorre grande atrelamento na troca de produtos entre regiões. Opondo-se, portanto, ao conceito de autossuficiência. A presença dessas duas características só irá ocorrer em regiões que mantêm culturas de subsistência.

Além disso, o crescimento de uma economia poderá ser determinado pela quantidade de recursos que uma região dispõe, o que abrange todos os fatores de produção (recursos naturais, de capital e humano), convergindo com as teorias endógenas de Boisier (1989) e Souza (2009). Até mesmo os fatores naturais devem receber uma atenção redobrada, já que o mau uso, a falta de manutenção ou o desperdício podem gerar sua exaustão.

Hoover e Fisher (1977) afirmam que a sequência de estágios de desenvolvimento de uma região sustenta diversas teorias. A história de várias cidades começa a partir da subsistência econômica ou sua autossuficiência, que atende somente às necessidades básicas da população através dos recursos naturais de que dispõe (solo, água, pesca etc.). Quando tal região começa a se especializar em determinado produto que possui em abundância e facilidade de acesso, ela dispõe de possibilidades para desenvolver o comércio inter-regional.

Com o crescimento contínuo da população, os recursos naturais extraídos do solo no processo agrícola começam a ficar cada vez mais escassos e insuficientes para atender à demanda dos consumidores locais. As cidades veem como possíveis alternativas a implantação de processos de industrialização para manterem crescentes os níveis de renda total. Porém, este processo não é tão simples como pensamos, pois, segundo Hoover e Fisher (1977), é necessária uma estrutura adequada que sustente sua implantação, como por exemplo, quantidade suficiente de transporte e comunicação para suprir a distribuição dos produtos e a matéria-prima empregada. Todo este esforço demanda investimento de grande montante de recursos, além do que tal processo ocorrerá de forma genuína/nova em uma comunidade agrícola, inclusive a tecnologia de produção.

A partir do momento em que tal região começa a se especializar em determinadas indústrias terciárias com o objetivo de exportar o excedente produzido, ela começa a atingir estágios mais avançados do desenvolvimento econômico. Hoover e Fisher (1977) levam em consideração também que estão presentes em processos de desenvolvimento regional duas ameaças pujantes que podem comprometer o bom andamento da economia: esgotamento de recursos e superespecialização.

Quando uma região depende economicamente de determinado recurso que tende a se esgotar rapidamente é evidente que essa tenderá à condição de decadência, seja pelo uso imprevidente do solo, pesca e florestas ou pelo esgotamento natural de recursos, como o minério e o petróleo, apesar de não existir garantias de lucratividade em se tratando de qualquer ramo específico de produção. Enfim, em tudo existem riscos de improdutividade.

Para Hoover e Fisher (1977), tratando-se da superespecialização da produção, poucas ou somente uma atividade pode prejudicar o crescimento regional, visto que a dependência econômica voltada em torno de um único conjunto de fatores de produção deixa a região muito mais vulnerável às mudanças econômicas. Portanto, a palavra chave é diversificar as atividades, o que mantém aceso os interesses entre todas as camadas da população, além de conservar o solo produtivo e atraente para novos investimentos.

Hoover e Fisher (1977) defendem que conforme investidores de outras regiões maiores e mais avançadas demonstrassem interesse e disponibilidade para investir na industrialização local, esse processo poderia atingir momentos econômicos de melhoria e crescimento, suavizando os pontos críticos de decadência industrial. Portanto, haveria a possibilidade de ampliação e implementação de outros tipos de indústrias na economia local. No nosso ponto de vista, tal região poderia encontrar problemas em seguir as etapas tradicionais de estágios da Teoria Local de Desenvolvimento, devido à vinculação de dependência estabelecida na relação com as regiões investidoras.

Nesse sentido, concordamos com North (1955) que o processo não é igual em todas as cidades, ou seja, elas mereciam uma atenção maior com a necessidade de se elaborar políticas de desenvolvimento direcionadas para as regiões em particular. Cada economia local possui seu setor econômico mais pujante, seja um produto ou recurso natural que se sobressaia e promova benefícios para a região. É nesse aspecto que as políticas de desenvolvimento regional começam a ser formadas a partir de necessidades e potencialidades locais. No próximo item apresentaremos a nova abordagem do Desenvolvimento Regional.

## **1.2 A Nova Abordagem do Desenvolvimento Regional**

Foi a partir dos anos 1980, em um cenário marcado por crise fiscal, transformações nos modos e meios de produção, desemprego estrutural, fim do regime militar, realização das eleições diretas para governador do Estado, elevação do déficit público, hiperinflação, mudanças no cenário mundial e esgotamento do paradigma “centro-baixo” que o desenvolvimento local tomou corpo e assumiu sua própria identidade, passando a conferir maior participação aos governos locais como sendo atores do processo de desenvolvimento local. Foi nesse período — tido como década perdida para o Brasil — que o país começou a dar sinais de crescimento através dos retornos gerados pelas exportações de aço para os EUA.

Identificar as potencialidades da região, explorá-las e reconhecer os atores e governos locais como agentes de transformação fazem parte do processo de desenvolvimento endógeno. É dessa forma que surge o paradigma “de baixo pra cima”, isto é, “as ações do Estado devem partir das potencialidades socioeconômicas originais do local” (LOPES, 2003, p.31).

De acordo com Lopes (2003), não podemos esquecer o papel dos governos centrais que mantêm sua importância diante do desenvolvimento regional, principalmente para regiões mais carentes, através de intermediações financeiras na superação de atrasos econômicos.

O Estado possui uma importância considerável no processo de crescimento local, que se caracteriza como exógeno à região. Para determinados municípios, sem essa contribuição seria muito difícil manter as atividades necessárias para atender a população local. Em nosso objeto estudado, a participação do governo estadual dar-se-á pelas transferências de recursos direcionados à manutenção da Universidade Pública, que promovem uma diversidade de impactos tanto dentro (em maior grau), quanto fora da cidade.

Nesse sentido, devemos distinguir dois conceitos que muito se assemelham e se completam, porém não são iguais: crescimento e desenvolvimento. Boisier (1989) considera que o crescimento regional parte de organismos exógenos à região, que variam de acordo com as políticas macroeconômicas e os recursos nacionais recebidos pela mesma. Já o desenvolvimento econômico consiste em um método endógeno. Nas palavras do autor, trata-se de um estado de crescimento mais elaborado, avançado.

O processo de crescimento econômico regional pode ser considerado [...] como essencialmente originado em forças e mecanismos exógenos à região; depende principalmente (mas não exclusivamente) do esboço das políticas macroeconômicas, do critério que guia a alocação de recursos entre as regiões e da demanda externa. Pelo contrário, o processo de desenvolvimento regional deve ser considerado, principalmente, como a internalização do crescimento e, em consequência, como de natureza essencialmente endógena (BOISIER, 1989, p. 614).

Levando-se em consideração o objeto de estudo do presente trabalho, o crescimento se dá a partir da implantação da instituição pública de ensino no município de Vitória da Conquista. Para manter suas atividades em funcionamento, a instituição recebe recursos financeiros do governo estadual e redistribui de forma direta ou indireta para diversos setores da economia local através de pagamento de docentes/funcionários, terceirização de serviços, realização de compras e investimentos em infraestrutura, entre outros gastos e despesas. A partir daí, quando a economia local consegue reter e reinvestir esses recursos, promovendo elevação de renda e bem estar social, é que se fala no tão desejado desenvolvimento regional.

Nesse aspecto, discute-se o papel do novo paradigma de desenvolvimento endógeno apresentado por Boisier (1989) e baseado no reconhecimento das regiões como sendo autoras do próprio processo de planejamento regional devido a maior atenção dada às questões regionais em termos de importância nacional, bem como as prerrogativas dadas à grandeza sociopolítica das discussões sobre o desenvolvimento regional.

Boisier (1989) considera três processos importantes no desenvolvimento regional endógeno: a região possuindo uma participação nos recursos nacionais; a política global impactando positiva ou negativamente na região; e a economia local partindo de estado de

crescimento para o de desenvolvimento, o que irá depender da boa organização social do local. Os recursos nacionais de que trata o primeiro processo têm, preferencialmente, caráter financeiro; o segundo processo se dá pelo impacto da política global sobre a regional e tem efeitos positivos ou negativos – estes últimos são mais frequentes e servem como função adicional para os planejadores que irão buscar políticas compensatórias às negociações. Já o terceiro processo refere-se à transição do estado de crescimento para o de desenvolvimento que se dará através da conjunção de aspectos sociais, políticos e institucionais. Esse desenvolvimento, por sua vez, dar-se-á à medida que a região crie possibilidades para reinvestir o excedente econômico na sua própria economia. Há que se ressaltar ainda a importância da inclusão social nesse processo. Para Boisier (1989, p. 614) [...] o desenvolvimento implica também uma situação de crescente inclusão social, tanto na apropriação de resultados da atividade econômica como em processos tipicamente políticos [...] (BOISIER, 1989, p.614).

Os dois primeiros tipos de processos mencionam o que seria necessário para uma situação de crescimento regional, diferentes do terceiro tipo que está voltado para a transição de crescimento para desenvolvimento local.

O modelo de desenvolvimento regional endógeno dar-se-á através da evidência dos fatores internos à região, que poderão alterar um impulso externo de crescimento em desenvolvimento revertido para a sociedade local. Mas, para que ocorra tal fenômeno, é necessário o apoio de esferas governamentais mais elevadas que privilegiarão os elementos regionais através de políticas macroeconômicas dispendendo de bom emprego dos recursos humanos, institucionais e ambientais (TIEBOUT, 1956).

Por ser um espaço aberto, a cidade sente forte influência do exterior, seja através da procura externa por seus produtos, seja através das políticas econômicas dos governos hierarquicamente superiores. Isso se dá pelo fato dessa abertura ser caracterizada como economia aberta, que conserva relações comerciais e financeiras com outras economias. Entende-se por tal relação a de entrada/saída de capital e compra/venda de bens e serviços.

A tendência para abrir a economia de um município se torna necessária no âmbito do desenvolvimento local, já que tal processo promove, por exemplo, a diminuição de custos ligados às transações tecnológicas de comunicação e transportes. Em contrapartida, como frequentemente acontece em economia, existem efeitos positivos e negativos. Um agravante desse fato é que os governos municipais não podem adotar algumas políticas para amenizar os efeitos adversos dos acontecimentos externos, como desvalorização ou valorização cambial, elevação de tarifas alfandegárias, entre outros.

As vantagens diante de uma economia aberta é a possibilidade de incremento e modernização nos fatores de produção local, de inovações através de novos produtos, de ampliação da base de conhecimento por meio de profissionais qualificados, de redução dos preços através do aumento de competitividade, dentre outros aspectos. Porém, diante desse quadro econômico, podemos enumerar também problemas sociais ligados ao aumento do desemprego de nativos devido à elevação de oferta de mão de obra importada e incorporação de novas tecnologias e máquinas.

Sendo assim, para diminuir os impactos negativos provenientes da abertura econômica da cidade, faz-se necessário aproveitar ao máximo as vantagens comparativas que o lugar possui, ou seja, trabalhar focando nas áreas com maior destaque e eficiência. No caso analisado pelo presente estudo, pode-se dizer que o foco seria o setor de serviços da cidade, em especial as vantagens que a UESB oferece. Outra contribuição importante da instituição para o município é a formação intelectual da comunidade local com o intuito de reduzir a importação de mão de obra qualificada; o que evita fugas de recursos gerados no município, além de inserir uma parcela significativa de sua população no mercado de trabalho.

É nesse aspecto que concordamos com Souza (2009) no sentido de que a região já trás consigo as fontes do seu próprio crescimento. Dessa forma, a atração de capitais de outras áreas dar-se-á através de condições criadas pelo próprio meio. Além disso, a conservação e a interação de redes industriais locais é um fator importante para a permanência da região no mercado competitivo, já que permite o acesso rápido aos insumos produtivos, diminuindo consideravelmente os custos de transportes tão significantes no processo de produção. O objetivo dessa integração é gerar economias externas e de escala que incentivem a chegada de empresas de maior porte.

Assim como Boisier (1989), Souza (2009) considera que os “atores” locais (prefeituras, universidades, indústrias, centros de pesquisa, etc) possuem uma função importante no desenvolvimento da região, pois quando se atrelam possibilitam maior estímulo ao setor produtivo, além de abraçar políticas públicas mais direcionadas e que se encaixam no processo do desenvolvimento local.

Para Souza (2009), regiões que almejam o desenvolvimento devem manter presentes em seus planejamentos estratégicos economias externas e de aglomerações, bem como viabilizar acesso às inovações, ao conhecimento e às informações. “O sucesso do local é função da capacidade de fabricar novos produtos, adotar novos processos produtivos, bem como configurações organizacionais e institucionais inovadoras” (SANTOS, 2002, p. 293 apud SOUZA, 2009, p. 79).

As regiões precisam abraçar novos métodos e criar novos produtos, além de promoverem meios de interação entre empresas e agentes locais. As inovações dinamizam o contexto regional, assim como a influência mútua dos agentes regionais, auxiliados pelas autoridades responsáveis, faz diminuir as precipitações e as incertezas do processo de desenvolvimento regional.

Para North (1955), a teoria dos estágios não será eficiente para explicar o processo de desenvolvimento regional. Seu trabalho constitui um dos primeiros a relacionar exportações com desenvolvimento regional, descrevendo a discrepância entre a história econômica regional dos Estados Unidos com a teoria dos estágios até então acatada.

North (1955) pontua que nos Estados Unidos nunca houve economia de subsistência e que o povoamento americano deu-se com um empreendimento capitalista. Seu crescimento subsequente foi determinado pelo mercado externo. A colonização americana tinha como objetivo básico explorar a terra e seus recursos para produzir bens que pudessem ser comercializados e que se traduzissem em renda monetária, relacionando, assim, o crescimento regional com o sucesso de suas exportações. O desenvolvimento dos meios de transporte, como ferrovias, portos e grandes rodovias reduziu os custos de movimentação dos bens, permitindo assim a exportação de madeiras, peles e grãos; o que contribuiu para expandir as áreas de mercado. Tal processo induziu o crescimento da renda que, por sua vez, resultou no processo de industrialização pela expansão do mercado interno. Esse cenário é marcado por traços que caracterizam a Teoria Base de Exportação.

North (1955) acreditava que a elaboração de um produto de exportação refletiria em uma vantagem comparativa nos custos relativos da produção e que criaria economias externas à medida que as regiões crescessem em torno dessa nova atividade. Segundo ele, a base de exportação está vinculada à quantidade de atividades locais, à distribuição da população, ao modelo de urbanização e às características da força de trabalho. Em suma, o crescimento das cidades estaria conectado diretamente à dinâmica de suas exportações.

Para North (1955), como toda teoria, devem-se considerar suas fases de crescimento, mudanças e declínio, como, por exemplo, alteração na demanda externa dos produtos da região devido às variações de renda, preferências dos consumidores; variação nos custos para produção de determinado bem; disponibilidade de matéria-prima, transporte e tecnologia; benefícios sociais advindos dos programas governamentais e origem de capitais.

O crescimento de uma região em volta de uma atividade exportadora é um ponto crucial para o seu desenvolvimento. Apesar do processo não ser igual em todas as cidades, a alteração da renda, juntamente com os pontos subscritos, são variáveis determinantes para tal

procedimento. NORTH (1955, p. 310) acredita na diminuição da disparidade entre cidades/regiões/países quando em seu trabalho cita “Portanto, podemos esperar que as diferenças entre as regiões sejam menos marcantes, que a indústria secundária se torne mais igualizada e, certamente, em termos econômicos, que o regionalismo tenda a desaparecer”. Essa ideia do desaparecimento do regionalismo nos remete a citação de Tiebout que afirma que “Obviamente, para o mundo como um todo, não existe exportações” (TIEBOUT, 1956, p. 160). Analisando tal concepção em termos universais, o mundo pode ser visto como um único corpo, cujos órgãos são todas as variáveis econômicas que, conjuntamente, o fazem funcionar.

Pode-se ir um pouco mais além e juntar esforços para obter colaboração governamental, já que se torna necessário uma participação ativa do governo através do investimento em capital social básico, ou seja, atitudes políticas são essenciais para a eficácia local.

Ainda segundo North (1955), a base de exportação tem um papel decisivo na determinação do nível de renda absoluto e *per capita* de um sítio. Porém, mesmo que o rendimento da base exportadora tenha importância direta para o bem-estar da região, é o efeito indireto que mais importa. Tal efeito deve ser entendido como as consequências sobre o nível de produção e de emprego da localidade.

Trazendo para nosso objeto de estudo, o efeito direto da Universidade seria, entre outros, a formação de pesquisadores e educadores com espírito científico-crítico para promover o bem-estar social, a justiça, a democracia e a liberdade. Já o efeito indireto, entre outros, e escopo do nosso estudo, é a geração de renda e emprego em maior grau para o município que a abriga e em menor para as regiões adjacentes.

A Teoria da Base de Exportação divide os setores da economia local em dois: os básicos e não básicos. Segundo tal teoria, o crescimento de certa região está diretamente relacionado com a expansão das atividades básicas; o surgimento das atividades não básicas é decorrente das básicas e delas são dependentes.

O setor básico é aquele que extrai recursos externos à localidade, tornando-se a chave para o desenvolvimento. Os setores não básicos são aqueles que crescem a partir dos gastos das famílias residentes e que dão suporte às atividades básicas, ou seja, seu crescimento é induzido pelo crescimento do setor básico.

Desse modo, a região deve ser alvo de uma análise mais ponderada, seja qual for a etapa de desenvolvimento, para que seja possível a identificação de determinadas características que singularizem e auxiliem no seu crescimento. Como por exemplo,

identificar problemas políticos, econômicos e sociais e estabelecer qual a política mais adequada para a região.

A ideia fundamental da teoria da base econômica é a de que o aumento das exportações de um setor gera efeitos multiplicadores e de aceleração sobre os setores internos não exportadores. O que explica tais acontecimentos é o efeito-renda — a exemplo o pagamento de salários dos docentes e funcionários da UESB — e os efeitos de encadeamento para trás — compras realizadas pela Universidade — e para frente — que seria a venda de serviços pela instituição; porém, a UESB não realiza esse tipo de operação — do processo produtivo, que cria demanda por serviços, como transporte, comunicação e financiamentos (SOUZA, 2005 apud SANTOS, 2007).

A teoria da base de exportação impõe a necessidade de traçar um quadro detalhado das inter-relações da economia local, incluindo-se os fluxos financeiros que tanto vão de uma empresa para outra como de uma localidade para outra.

A ideia anterior nos remete ao conceito de multiplicador. Cada novo fluxo monetário que entra numa região, advindo de uma atividade exportadora, impulsionará outras atividades, desde que permaneça e seja reutilizado na economia local. A importância do multiplicador dependerá da capacidade da economia local em reter os novos fluxos financeiros em seu território, ou seja, do seu nível de endogeneização.

Em nosso objeto de pesquisa acontece da seguinte forma: os recursos provenientes do Governo do Estado da Bahia (que nesse caso faz o mesmo papel de uma atividade exportadora) entram na economia local por meio da UESB; tais recursos se convertem em fonte de renda e emprego para o município de Vitória da Conquista no momento em que os funcionários, professores e alunos efetuam compras e pagamentos na cidade, contratam serviços de terceiros, alugam imóveis ou apart-hotéis, entre outros. Ou quando a Universidade atualiza seu acervo bibliotecário, efetua manutenção na sua infraestrutura, desde que a mão de obra (ou sua maioria) e a empresa responsável pela revitalização sejam da cidade (o que se enquadra no nosso caso) e realiza compras de equipamentos. Ou ainda quando contrata os serviços de limpeza e segurança.

Nesse sentido, a endogeneização ocorre quando o dinheiro circula na própria economia como fonte de renda para os agentes locais, ou seja, quando a cidade se vale de mecanismos adequados à retenção de recursos, o que chamamos de capacidade de organização social.

No nosso estudo de caso, o setor que estamos explorando é o de serviços, que, atualmente, possui maior capacidade de retenção. De acordo com o IBGE, Vitória da

Conquista possuía em 2010 uma participação de R\$ 3.469.179,00 no Produto Interno Bruto Estadual a preços correntes e um PIB per capita de R\$ 11.323,35. A participação maior é no setor de serviços responsável por 63% do PIB, contra 30% no da indústria e 7 % no da agropecuária. Ou seja, o setor tem grande participação na geração de emprego e renda, com fortalecimento do mercado local.

É válido frisar que somente ocorrerá o efeito multiplicador se, e somente se, tais recursos permanecerem circulando dentro do município. Essa observação é de suma relevância ao nosso estudo e mais adiante iremos avaliar o grau dessa endogeneização local.

O poder do multiplicador ou poder de retenção, para Polèse (1998) é consequência da estrutura da economia local, ou melhor, do grau da diversificação da estrutura produtiva, assim como acreditam Hoover e Fisher (1977); do nível de *integração* econômica interna<sup>1</sup> do local, ou seja, da intensidade das trocas que acontecem entre seus agentes econômicos e da distância entre o território e outros que também tenham estruturas econômicas diversificadas. Desta forma:

Quanto mais diversificada e integrada for a economia de uma região, maior será o multiplicador. Os agentes econômicos (consumidores ou empresas) têm tanto mais tendência para gastar o seu dinheiro na região quanto mais facilmente aí encontrarem os bens e serviços de que precisam. Além disso, têm tanto mais tendência a gastar os seus rendimentos no local quanto mais distante estiverem as regiões onde poderiam deslocar-se para adquirir esses bens. O grau de interação entre agentes econômicos é, *ceteris paribus*, uma função negativa da distância. (POLÈSE, 1998, p.144)

No caso aqui estudado, o multiplicador é acionado quando o aumento nos investimentos do governo estadual gera um aumento proporcionalmente maior na renda, ou seja, os gastos do indivíduo A (Governo Estadual) geram renda para o indivíduo B (professores e funcionários da UESB), que por sua vez, gastando dentro do município, geram renda também para o C (diversos setores da economia local).

No entanto, se o dinheiro que entrou como “novo” for reempregado fora da localidade, por exemplo, em importações, ele não será útil para gerar emprego e renda na região, resultando assim, no que se pode denominar de “vazamentos” ou “fugas” da economia local (LOPES, 2003, p. 107). Nesse sentido, quando o dinheiro for reempregado fora da região, ele deixará de criar rendimento e emprego local. Essas fugas serão citadas em nosso estudo de caso quando analisarmos as compras do setor de almoxarifado da UESB.

---

<sup>1</sup> Nesse trabalho iremos considerar a integração econômica interna de Polesè como capacidade de organização social de Boisier.

Desse modo, a teoria da base de exportação alicerça-se em dois elementos: o fluxo monetário que entra na economia local graças às atividades exportadoras e os efeitos de propagação ou impacto multiplicador deste dinheiro na economia local.

É preciso considerar que a noção de atividade de base não se limita às indústrias de exportação “visíveis”, mas estende-se a todas as atividades que tragam recursos na forma de divisas para o município, o que contempla de forma incontestável a atividade de serviços. Assim, quando um consumidor viaja para uma localidade a fim de consumir serviços do fornecedor, como turismo, educação e saúde, ele está importando serviço (SILVA et al., 2006; FERNANDES; LIMA, 2006; SANTOS, 2007).

Um restaurante que atrai clientes do exterior é uma empresa exportadora, tal como o hotel ou museu que vivem dos visitantes de outras regiões [...] embora também tenham como usuários/consumidores pessoas residentes no próprio local onde se situam (POLÈSE, 1998, p.140).

De forma análoga, um escritório de engenheiros ou arquitetos faz projetos para pessoas ou órgãos públicos de outras localidades, isto caracteriza o setor de construção civil como uma atividade econômica passível de exportação.

Porém, não se pode tomar a exportação como única atividade básica ou mesmo a mais importante na determinação da renda local. “Obviamente, para o mundo como um todo, não existem exportações” (TIEBOUT, 1956, p. 160). Logo, se há flutuações no nível de renda mundial é porque as exportações não são a única variável autônoma para a região. Assim, de acordo com Tiebout (1956), a noção de base exportadora dá lugar a um conceito mais amplo que é o de base econômica, por incluir outras variáveis explicativas da determinação de renda local, como os gastos do governo federal e estadual no local, o volume de construções residenciais e os afluxos de capitais multirregionais e multinacionais, que são elementos de dinamismo e podem elevar a demanda interna de modo independente das exportações.

Além disso, a grande ênfase que foi dada às exportações fez com que os planejadores esquecessem que elas não podem ser realizadas sem serviços de apoio, como, por exemplo, estradas, ferrovias, portos, comunicações, entre outros. Quando esses fluxos financeiros externos expandem a infraestrutura e os serviços de apoio, o setor de mercado interno como o da base exportadora pode desenvolver de modo independente da demanda externa à localidade.

Tiebout (1956) faz algumas observações a respeito de como North (1955) aborda as exportações em caráter de crescimento econômico regional e faz uma crítica à elevada importância conferida à Teoria da Base de Exportação como sendo a principal variável

definidora do nível de renda da região. Para ele, existem outras variáveis autônomas que determinam o nível de renda regional a curto prazo e que são tão relevantes quanto as exportações. É o caso dos gastos do governo, investimentos comerciais e volume de construções residenciais.

Ele chega ao ponto de considerar também que a renda proveniente de produtos não exportáveis será maior que a de produtos exportáveis (evidência contraditória bem marcante à ideia de Base de Exportação de North). Desse modo, avalia-se que o tamanho da região analisada é fator determinante no dinamismo econômico, pois quanto maior for, maior será também sua força ativa, provocando mudanças positivas na renda regional e diminuindo o papel das exportações.

O nível de especialização de atividades e as exportações vão depender da conjuntura de mercado – entende-se por isso as áreas vizinhas. Portanto, quanto maior a renda de suas adjacências, maiores serão as respectivas importações provenientes da área analisada. Uma região deverá repartir sua atenção e potência tanto para as atividades locais quanto para as de exportação.

Com todas essas observações feitas por Tiebout (1956), North (1955) faz uma réplica às críticas direcionadas ao seu trabalho e analisa o que é cabível de reaproveitamento e o que não se aplica ao mesmo.

North (1955) defende que o crescimento econômico de uma área reflete no crescimento da renda extra região, além do aumento na demanda de serviços. Ele acredita que é possível obter o crescimento econômico em longo prazo, o que vai de encontro à análise de curto prazo de Tiebout (1956), que ignora a base de exportação como sendo a mais importante variável na determinação da renda. Para este, existem outras variáveis que são possivelmente aceitáveis à sua substituição.

Na visão de Tiebout (1956), o aumento dos investimentos para a ampliação da renda e do emprego, que ocorre a curto prazo, acontece em períodos abaixo do pleno emprego. Esse tipo de análise é pouco relevante aos estudos de North (1955), que observa o comportamento da renda através das décadas (longo prazo) em uma conjuntura de pleno emprego.

Entretanto, existem pontos de convergência entre os dois autores. Por exemplo, no fato de acreditarem que não existe uma região ‘ideal’, além de concordarem também que a base de exportações não é a única fonte de crescimento regional. Porém, discordam no momento em que Tiebout (1956) não aceita a possibilidade da atividade de exportação ser a mais importante dessas fontes. Concordam também que os gastos do Governo Federal dão origem à expansão regional.

Santos et al (2004, apud SANTOS, 2007, p. 16) entende que algumas variáveis são capazes de dinamizar a economia regional. É o caso das exportações, dos investimentos em infraestrutura, dos gastos do governo de domínios superiores e da renda proveniente de fora da região, que geralmente não dependem do aumento da renda da região para se elevarem. Esses tipos de gastos podem crescer de forma autônoma à renda, pois eles estão muito mais condicionados a fatores externos ao local do que propriamente às condições econômicas internas.

Porém, existem variáveis que não interferem nesse processo. É o caso do consumo autônomo e dos gastos do governo regional. Em se tratando do consumo autônomo, a princípio poderá ocorrer crescimento da renda regional, mas não será por longo tempo, já que no contexto em que o consumo cresce mais do que a demanda, haverá uma diminuição da riqueza e elevação do endividamento das famílias consumidoras. Os consumos realizados por aquelas famílias que possuem um poder aquisitivo maior serão menores do que o tamanho da sua riqueza, não correndo o risco de se esgotarem. Já no caso das famílias com poder aquisitivo menor, esse consumo será de forma limitada em relação à renda, através da intercessão dos bancos e do comércio para que não ocorra endividamento dos seus clientes.

No caso dos gastos do governo regional, pode-se achar que a priori o governo exercerá esse papel de dinamizador econômico regional ao investir em infraestrutura e em setores exportáveis. Porém, essa ideia se tornará equivocada, já que, diferentemente do governo de um país, que paga suas dívidas através da emissão de sua própria moeda, o governo regional não suportaria, a longo prazo, manter déficits públicos altos para promover o crescimento da renda regional. Quando o governo aumenta seus gastos com o intuito de aumentar a renda da região e, conseqüentemente, elevar suas próprias receitas, ele não está promovendo uma política econômica eficaz a longo prazo, pois o aumento das receitas tende a ser inferior ao aumento dos gastos, elevando-se assim a dívida pública que segue os princípios da macroeconomia.

Entende-se que a questão do crescimento regional é uma ‘faca de dois gumes’, pois, ao mesmo tempo em que é possível elevar a renda de regiões próximas, poderá ocorrer da região que está em processo de desenvolvimento econômico sugar recursos das suas adjacentes de tal forma a inviabilizar o crescimento destas. Isso é um reflexo ruim para a própria região, pois ela também depende de fatores e consumidores externos no seu processo de desenvolvimento. Por exemplo, se todos os investimentos do Governo Estadual forem direcionados somente para o município de Vitória da Conquista, ou se a cidade sugar recursos em excesso de outras regiões, ocorrerá que somente ela estará dinamizando sua economia ante o atraso das demais.

Será um ponto de desenvolvimento em meio a um universo atrasado. Isso implicará negativamente nos índices de crescimentos da Bahia (PIB, por exemplo).

Nesse sentido, não basta que um município seja desenvolvido, é necessário que as regiões que o cercam também o sejam, como uma espécie de conjunto. E isso será possível com a capacidade de organização social e investimentos estendidos para regiões próximas geograficamente.

A seguir, iremos apresentar de forma breve os principais pontos de dois casos que abordam o dinamismo econômico regional a partir da contribuição financeira das Instituições de Ensino Superior (IES) locais. Os dois autores, Roberto Paulo Lopes e Ronan Santos, docentes da UESB, discorrem a partir dos seguintes temas, respectivamente: Universidade Pública e Desenvolvimento Local: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (caso 1); Instituições de Ensino Superior e o Desenvolvimento Local em Vitória da Conquista (caso 2). No terceiro capítulo, faremos uma comparação entre os resultados alcançados por este estudo e pelos dois casos apresentados.

O motivo para tal comparação diz respeito ao fato de o objeto central do estudo ser o mesmo nos três casos, a UESB. Há que se considerar ainda que os períodos (ano) de observação são distintos, o que possibilitará uma singela análise de possível detecção de características-padrão e/ou avanços no desenvolvimento econômico local no decorrer desse período.

## **2 DOIS EXEMPLOS DE PESQUISAS VOLTADAS PARA O ESTUDO DE UNIVERSIDADES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Os estudos realizados com o intuito de dimensionar os impactos das universidades públicas sobre o desenvolvimento regional são recentes e existem em pequena quantidade, visto que foi somente a partir da década de 1970 que se começou a dar maior importância às questões regionais. Por isso, encontramos poucas dissertações ou artigos relacionados ao tema. Entendemos ser também algo que dificulta o estudo, o fato de ser em sua maioria teorias internacionais, podendo gerar questionamentos a respeito da compatibilidade diante da nossa realidade, do contexto socioeconômico brasileiro. Daí a necessidade de se realizar no país mais estudos dessa natureza. Por ora, iremos citar no presente capítulo dois exemplos de pesquisas de campo direcionadas às Universidades Públicas e ao desenvolvimento regional.

### **2.1 Caso 1: Universidade Pública e Desenvolvimento Local: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**

A princípio, falaremos sobre a dissertação de mestrado do Professor Lopes (2003), que discorre sobre o tema Universidade Pública e Desenvolvimento Local: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Ele analisa a Universidade Pública - UESB - como sendo fonte de renda para a economia local por meio da movimentação de recursos monetários obtidos através do funcionamento da instituição em Vitória da Conquista e quais os impactos provocados por ela na economia do município.

O autor baseia-se, principalmente, nos pensamentos de Amaral Filho (1995) e Boisier (1989). Este último considera que o caráter endógeno está ligado ao papel das estruturas locais (públicas e privadas) na execução de políticas de desenvolvimento regional e transformação de crescimento em desenvolvimento regional a partir da organização social local. Já para aquele, o caráter endógeno está associado à valorização de novos fatores de produção, como capital humano, instituições e meio ambiente, e à importância do papel do Estado Federado.

Em seu trabalho, Lopes (2003) considera como fonte de pesquisas somente as universidades públicas estaduais e federais devido ao grande volume de recursos que elas movimentam. Não aborda as universidades particulares, já que quando a pesquisa foi realizada na cidade essas faculdades ainda estavam iniciando suas atividades. Além disso, a maioria dos recursos movimentados por essas instituições são provenientes das mensalidades

pagas pelos alunos do local, sendo que as injeções externas de recursos das privadas provem somente de alunos oriundos de outros municípios e de convênios com organismos de fomento às pesquisas. Ou seja, nas instituições particulares não há injeção, em sua maioria, de novos recursos e sim circulação dos já existentes na economia local.

As universidades públicas produzem três efeitos sobre a economia local a que essa está agregada: o primeiro diz respeito à formação de capital humano, ou seja, produz um bem público *lato sensu*; o segundo associa-se às pesquisas, que além de aumentar o estoque de conhecimento da sociedade, dão origem ao progresso técnico e ao surgimento de novas empresas, colaborando para o desenvolvimento econômico; e, por fim, os efeitos ligados à dinamização das economias dos municípios, colocando-as no mesmo nível de médias e grandes empresas devido ao grande volume de recursos financeiros movimentados e à geração de empregos diretos e indiretos.

A injeção de valores ocorre por meio das compras realizadas pela instituição, pelos serviços contratados e pelos gastos dos funcionários através dos salários pagos pela instituição. O autor mostra que só as IFES movimentam mais de 1% do PIB brasileiro. E que será sobre os municípios pequenos que o efeito dos recursos financeiros terá impactos maiores.

Os impactos diretos apontados por Lopes (2003) ocorrem em três momentos: gastos para manutenção e expansão da instituição, gastos realizados por professores e funcionários provenientes dos salários pagos pela universidade, e gastos dos alunos oriundos de outros municípios. Segundo ele, a maioria dos gastos ocorre dentro da cidade e outra parte é realizada em outros municípios. A dimensão dessas fugas (gastos em economias externas à cidade que a universidade possui campus) dependerá da amplitude da economia local e da proximidade com as grandes e médias cidades, ou seja, o volume de gastos em outros municípios é inversamente proporcional ao tamanho e a diversidade da economia local.

Lopes considera como impactos indiretos os serviços prestados pela universidade à comunidade (serviços educacionais, culturais, assistenciais e de saúde), às economias municipais (redução de importação de serviços de educação superior) e à geração de empregos indiretos, pois, além do poder público economizar na prestação desses serviços, o número de importações de serviços de outros municípios também diminuirá.

No ano 2000, a UESB recebeu um montante de R\$ 33.684.771,43 (repasso do Governo Estadual; do Capes; da União, do IRRF/Educação; de recursos próprios e de receitas de outros convênios). Desse valor foram gastos R\$ 20.064.919,44 em salários e contribuições patronais, R\$ 10.238.659,10 em custeio e R\$ 3.554.241,40 em investimentos. De acordo com

Lopes (2003), o impacto econômico gerado pelas despesas de custeio calcula-se em 65% (6.755.325,13 de 10.238.659,10) e os de investimentos referem-se a 65% (2.537.687,40 de 3.554.241,40) de compras realizadas no município, abrangendo material permanente, obras (construção civil) e aquisições.

Esses percentuais correspondem aos recursos injetados na economia local. Os gastos referentes aos salários pagos para os professores e funcionários, diminuídas as deduções obrigatórias são R\$ 9.862.899,39, sendo que a propensão marginal a consumir foi de 87% (R\$ 8.077.714,60) da renda disponível. Os gastos realizados por alunos da UESB oriundos de outros municípios feitos na cidade foram estimados em R\$ 2.496.027,20.

Os gastos em Vitória da Conquista relacionados ao funcionamento da UESB totalizaram em 2000, R\$ 18.595.939,03, que representam 1,9% do produto municipal (R\$ 987.569.583,00). Contudo, de acordo com o autor, devido aos efeitos multiplicadores desses gastos, o impacto é superior a 1,9%. Lopes (2003) utilizou instrumentos de análise keynesiana de determinação da renda e concluiu que esse impacto poderia chegar a R\$ 87.332.917,96, ou seja, variando entre 1,9% e 8,6% do produto municipal. Concluiu também que as receitas da Prefeitura cresceram 167% entre 1997 e 2000 devido à municipalização de serviços públicos, o que provocou uma redução na relação entre as receitas da UESB e as da Prefeitura. Tal fato foi verificado entre os anos de 1992 e 2000, quando caiu para 28,8% em 2000, obtendo uma média de 34,1% nestes nove anos.

Em contrapartida, ele estimou que entre 900 e 1.000 estudantes conquistenses cursam faculdades fora da cidade, o que provoca vazamentos na economia local da ordem de 5 milhões de reais/ano. Isso se devia ao fato de a UESB, em 2000, oferecer um número reduzido de cursos e vagas, o que tornava a instituição apenas uma contribuinte para a redução dos vazamentos.

Com isso, Lopes (2003) propõe uma estratégia alternativa de desenvolvimento regional baseada na formação de um cluster educacional na cidade, já que não ocorre efetivamente o clustering, pois não há nenhum tipo de cooperação entre a UESB e as IES's privadas. Ele propõe que a Prefeitura ou a UESB (preferencialmente) inicie a formação de um cluster de ensino superior no município de Conquista, com o apoio institucional e uma política direcionada para a atração de investimentos e fortalecimento das IES's.

O quadro 1 apresenta os impactos das despesas realizadas pela UESB e a comparação das receitas da Universidade com as da PMVC.

Orçamento total da UESB campus V/C (A+B+C)	R\$ 21.345.047,41
Despesas com custeio (A)	R\$ 8.944.460,62
Despesas com Investimento (B)	R\$ 2.537.687,40
Despesas com salários e contribuições patronais (C)	R\$ 9.862.899,39
Impacto econômico(despesas de custeio)	R\$ 6.755.325,13 (75,52%)
Impacto econômico (investimento)	R\$ 266.872,10 (49,92%)
Impacto econômico (salários)	R\$ 8.077.714,60 (81,90%)

**QUADRO 1** – Impacto das despesas da UESB campus V/C com Custeio, investimentos e salários no Município de Vitória da Conquista, em 2000.

Fonte: LOPES (2003)

Para encontrar o valor total dos recursos destinados ao campus de V/C foi necessário somar os itens A, B e C para fazer a devida comparação com o trabalho de Santos (2007).

## **2.2 Caso 2: Instituições de Ensino Superior e o Desenvolvimento Local em Vitória da Conquista**

Nesta parte do trabalho, discorreremos sobre o caso-exemplo 2, apresentando, de forma sucinta, os resultados alcançados pela dissertação de mestrado do professor Ronan Santos, docente da UESB. O trabalho aborda aspectos como a formação de um aglomerado ou *cluster* como ponto importante para análise econômica do desenvolvimento regional.

Um ponto que o diferencia do exemplo 1, citado anteriormente, é o fato de incluir as IES privadas. A princípio, o autor faz críticas às teorias tradicionais, entre elas a Teoria da Base Econômica, que considera ser excessivamente simplificada por supor que a base de exportação é a determinante única do nível de renda regional. Para Santos (2007), tal concepção não procede, tendo em conta que outras variáveis, como os níveis de consumo, investimento e gastos do governo farão o mesmo papel das exportações na região.

A ideia de atividade de base não se limita somente às indústrias de exportação ‘visíveis’, mas estende-se a todas as atividades que atraiam recursos para o município e isso inclui as atividades de educação, ou seja, o autor pontua que não se pode resumir atividade.

Santos (2007) fundamenta-se em Boisier (1989) quando afirma que o desenvolvimento regional a longo prazo depende da interação de três processos: participação da região no uso dos recursos nacionais; signo e magnitude do impacto que o quadro global da política econômica tem sobre o local; e capacidade de organização social da região.

O autor recorre a Amaral Filho (1995), que descreve três fontes capazes de proporcionar rendimentos crescentes: 1) o novo papel para o estado local, ou seja, a importância dada aos governos locais, visto que estes são mais bem informados a respeito das necessidades, potencialidades e preferências da população local, o que possibilita maiores vantagens nas formulações das políticas públicas. Além do tamanho, em seu sentido literal, que viabiliza a flexibilidade e rapidez para o ajustamento das políticas implementadas; 2) Valorização dos novos fatores de produção, ou seja, a estratégia de desenvolvimento precisa ajuntar novos fatores de produção, a exemplo do conhecimento, da informação, da tecnologia, entre outros; 3) Novas estratégias de desenvolvimento regional ou local como o distrito industrial, o *milieu innovateur* (ambiente inovador), o *cluster*, as políticas de investimento em infraestrutura.

Porém, Santos (2007) vai mais adiante. Ele acredita que os arranjos produtivos locais podem impulsionar ou contribuir para o desenvolvimento local e os definem como sendo uma concentração espacial de produção de bens/serviços exportáveis para outras regiões (atividade base). Essa aglomeração deve ocorrer em uma localidade onde exista uma fonte de vantagem competitiva para as empresas. Além disso, as empresas que fazem parte dessa aglomeração devem concorrer entre si e manter certa colaboração entre elas. Dessa forma, o surgimento de uma aglomeração é motivado por algo intrínseco a uma localidade, não podendo ser reproduzido em outro local.

A grande vantagem de uma aglomeração é o fato dela atrair novos investimentos para o local, promovendo elevação de renda, atração de pessoas, aumento dos investimentos públicos em infraestrutura e atração de novas empresas ao arranjo. Nesse contexto de arranjos produtivos incluem-se as Instituições de Ensino Superior (IES) devido a grande importância atribuída às mesmas na dinamização da economia dos municípios onde se localizam, por meio dos impactos econômicos provenientes dos recursos que atraem.

Santos (2007) calcula os recursos provenientes das IES públicas e privadas em 2006 que entram no município de Vitória da Conquista e chega a seguinte conclusão:

- 1) IES públicas (UESB e UFBA): somando-se os gastos da UESB (custeio, investimento, professores e funcionários) de R\$ 30.064.720,00 mais os da UFBA (corpo docente e administrativo) de R\$ 611.149,25 com as despesas dos estudantes vindos de outros municípios de R\$ 8.544.243,10, chegou-se a um total de recursos atraídos para a cidade referentes à R\$ 39.220.112,35, em 2006. A seguir, apresentaremos tais dados na tabela 1.

**TABELA 1** – Gastos derivados das IES Públicas, município de V/C, em 2006.

<b>Gastos UESB (custeio, investimento, professores e funcionários)</b>	<b>Gastos UFBA (corpo docente e administrativo)</b>	<b>Despesas de estudantes de outros municípios</b>	<b>Total de recursos atraídos para a cidade</b>
R\$30.064.720,00	R\$ 611.149,25	R\$ 8.544.243,10	R\$ 39.220.112,35

Fonte: Santos (2007)

Como pode ser observado na tabela 2, os recursos destinados à UESB referentes ao gasto com pessoal (pagamento de salários) foram de R\$ 19.632.261,75. Somados aos recursos da UFBA (salários) da ordem de R\$ 611.149,25, chegou-se a um total de 20.243.411,00.

**TABELA 2** – Total de gastos com pessoal (pagamento de salários) nas IES Públicas em 2007.

<b>UESB V/C</b>	<b>UFBA</b>	<b>TOTAL</b>
R\$ 19.632.261,75	R\$ 611.149,25	R\$ 20.243.411,00

Fonte: Santos (2007)

2) IES privadas (FAINOR, Juvêncio Terra e FTC): os recursos atraídos pelas IES privadas dizem respeito às despesas dos estudantes de outras cidades (tanto dos que moram no município quanto dos que retornam todos os dias para a cidade de origem) e dos recursos de esferas governamentais, através dos programas PROUNI (Federal) e FAZ Universitário (Estadual). Dessa forma, somando os recursos do PROUNI (R\$ 1.573.994,80) e do FAZ Universitário (R\$ 809.808,96) com os gastos dos estudantes de outros municípios (R\$ 10.840.409,66) chegou-se a um total de recursos atraídos para o município de Vitória da Conquista no valor de R\$ 13.224.213,42. A tabela 3 mostra esses dados.

**TABELA 3** – Recursos atraídos pelas IES privadas de Vitória da Conquista em 2007.

<b>PROUNI</b>	<b>FAZ Universitário</b>	<b>Gastos dos estudantes de fora</b>	<b>Total de recursos</b>
R\$ 1.573.994,80	R\$ 809.808,96	R\$ 10.840.409,66	R\$ 13.224.213,42

Fonte: Santos (2007)

Não foi possível comparar os resultados obtidos dos autores Santos (2007) e Lopes (2003) em relação às universidades e ao orçamento da PMVC, pois este usa como fonte de pesquisa a UESB, já aquele analisa o total das IES, além de fazer uma comparação dos recursos das IES com o valor adicionado das cinco e das dez maiores empresas de Vitória da Conquista no ano de 2006. Conforme o estudo aponta, os recursos atraídos pelas IES representam 77,85% do valor adicionado das cinco maiores empresas e aproximadamente 55% se comparados às dez maiores. É o que mostra a tabela 5.

**TABELA 4** – Comparação dos recursos atraídos pelas IES ao valor adicionado das dez maiores empresas do município de Vitória da Conquista.

<b>Recursos IES comparados ao valor adicionado das 10 maiores empresas</b>	<b>Recursos IES comparados ao valor adicionado das 5 maiores empresas</b>
55%	77,85%

Fonte: Santos (2007)

De acordo com os dados acima, as IES formam um setor de exportação, já que 30% dos estudantes são de outras localidades. Outra conclusão que o autor chegou foi a de que tais instituições são substituidoras de importações, já que vários estudantes nativos estariam cursando o ensino superior em outras localidades caso não houvesse a oferta de tal serviço no município.

E para que ocorra um Arranjo Produtivo Local (APL) em uma aglomeração é necessário que existam no município economias externas passivas e também ativas. Neste trabalho, o autor considerou que as IES da cidade formam uma economia passiva, já que a cooperação existente entre as instituições públicas e privadas ocorre de forma não intencional. Essa característica é importante para a aglomeração; porém, não é suficiente para a formação de um APL, que exige economias ativas/dinâmicas típicas de economias externas ativas, ou seja, quando há cooperação consciente ou planejada. Segundo Santos (2007), não foi encontrada entre as IES de Vitória da Conquista nenhuma ação que pode ser considerada como conjunta.

Além disso, um importante fator é a qualificação dos recursos humanos que contribuem para ambientes inovadores. E nesse ponto as IES privadas são bastante deficitárias uma vez que priorizam o custo do ensino e não sua qualidade, pois a gama de professores especialistas é maior que o número de mestres e doutores.

A grande diferença entre os dois autores é que Lopes (2003) direciona seu estudo para a contribuição da UESB sobre o município. Trata-se de um trabalho focalizado/específico em uma única instituição de ensino. Já Santos (2007) abrange todas as universidades locais (públicas e privadas), o que torna seu estudo mais abrangente.

Tendo em conta as particularidades de cada um dos dois estudos apresentados, a comparação de ambos os trabalhos será feita considerando-se somente alguns pontos em comum entre os dois. Vejamos a comparação a seguir, na tabela 6:

Orçamento total UESB campus V/C		Despesas de salários	
Lopes	Santos	Lopes	Santos
R\$	R\$	R\$	R\$
21.345.047,41	30.064.720,00	9.862.899,39	19.632.261,75

**QUADRO 2** - Comparação dos itens orçamento total da UESB campus V/C e salários dos autores Lopes (2003) e Santos (2007).

Fonte: Santos (2007) e Lopes (2003)

Os itens em comum nos dois trabalhos citados foram os orçamentos da UESB campus de Vitória da Conquista e as despesas com salários nos anos de 2000 e 2007. Todos os outros itens não são compatíveis ou se referem ao total de IES na cidade (públicas e privadas). Das comparações feitas na tabela acima podemos verificar que em relação aos orçamentos de 2000 e 2007 houve uma elevação de 29% dos recursos destinados ao campus de Vitória da Conquista. Em relação aos salários, o aumento foi mais expressivo, chegando quase à metade das despesas de 2000, que totalizaram 49,76%.

No próximo capítulo iremos comparar a pesquisa realizada por Santos (2007) e Lopes (2003) com os resultados obtidos no nosso estudo com o intuito de verificar possíveis progressos da contribuição da UESB para o município, ao longo desses oito anos.

### **3 DINAMIZAÇÃO PROMOVIDA PELA UESB NA ECONOMIA DA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA**

#### **3.1 UESB**

A universidade Estadual do Sudoeste da Bahia é dividida em três campi localizados nas cidades de Jequié, Itapetinga e Vitória da Conquista. O nosso objeto de estudo será a atuação da universidade no município de Vitória da Conquista, que possui, segundo o censo 2010, uma população de 306.866 habitantes, numa área de 3.405,580. A densidade demográfica é calculada em 90,11 habitantes por quilômetros quadrados.

Com a criação do Plano Integral de Educação do Governo do Estado (1969), que possuía como objetivo implantar a política de interiorização do ensino superior, deu-se abertura para o surgimento das Faculdades de Formação de Professores nos municípios de Vitória da Conquista, Jequié, Feira de Santana e Alagoinhas. Até então (1960,) só se ouvia falar em duas universidades e outras poucas instituições de ensino superior isoladas. O Governo Estadual tinha como objetivo intensificar o desenvolvimento do sistema de educação em todos os níveis. Foi por esse motivo que implantou a Política de Interiorização do Ensino Superior, já que a ampliação do ensino de 1º e 2º grau exigia profissionais qualificados para desenvolver atividades como magistério e incentivo às pesquisas científicas.

Em 1962, cria-se em Vitória da Conquista as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Em 1969, surge a Faculdade de Educação de Vitória da Conquista, que será constituída neste mesmo ano como Autarquia. Somente depois da implantação dos cursos de Letra, em Vitória da Conquista (1971), e Ciências e Letras, em Jequié, que as Faculdades teriam seu funcionamento concretizado.

Em 1980, o Poder Executivo estabeleceu uma Fundação com a função de instituir e conservar uma Universidade no Sudoeste do Estado, pois até então não se falava em Universidades de Ensino. Nesse mesmo ano, a Fundação é extinta e cria-se a Autarquia Universidade do Sudoeste. Implantam-se os cursos de Zootecnia, em Itapetinga, Agronomia, em Vitória da Conquista, e Enfermagem, em Jequié.

Com o convênio firmado entre a UESB e a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão (FAPEX), em 1984 é concluída a elaboração da 'Carta Consulta' que tinha como objetivo autorizar o funcionamento da UESB em sistema de multicampi. De acordo com o parecer CEE nº119/87, citado no histórico do site da UESB, o Governo Federal baixa o Decreto nº 94.250 (22/04/87) e autoriza o funcionamento da Universidade.

A Universidade foi credenciada em 1998, com o Decreto nº 7.344, publicado do Diário Oficial da Bahia em 28/05/98. Em 2003 foi enviado o processo ao Conselho Estadual de Educação para o seu Recredenciamento, finalizando-se em 2006 com validade igual a oito anos.

Atualmente, a UESB possui 47 (quarenta e sete) cursos regulares de graduação, sendo distribuídos entre os campi de Vitória da Conquista (22 cursos), Jequié (16 cursos) e Itapetinga (9 cursos).

Quatro novos cursos foram aprovados para o ano de 2010: Licenciatura em Artes com Formação em Teatro ou Dança (Jequié), Bacharelado em Química (Itapetinga), bacharelado em Cinema e Áudio visual (Vitória da Conquista) e Bacharelado em Ciências Biológicas (Vitória da Conquista). E dois cursos para o ano de 2013: Bacharelado em Psicologia (Vitória da Conquista) e Licenciatura/Bacharelado em Ciências Sociais (Vitória da Conquista).

Segundo os dados obtidos pela PROGRAD, através do site da UESB, a universidade possui a seguinte diretriz estratégica que rege suas atividades de graduação: Garantir educação pública de qualidade, comprometida com as demandas de aprendizagem do cidadão. As demais diretrizes que impulsionam o funcionamento da universidade são resumidas a seguir:

- melhorar a qualidade da formação acadêmica;
- garantir o bom funcionamento do sistema de ensino de graduação;
- avaliar e consolidar os cursos de graduação em funcionamento nos campi de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga;
- promover a atualização de 100% dos currículos dos cursos de graduação da UESB;
- aperfeiçoar as formas de ingresso de discentes na Universidade;
- estabelecer uma política de expansão do ensino de graduação;
- estimular e apoiar a criação de novos cursos, a partir das demandas contextuais;
- ‘incentivar a política de divulgação da produção intelectual (bibliográfica, técnica e artística) docente e discente;
- articular o ensino de graduação com programas especiais voltados a contribuir para a reversão do quadro educacional da educação básica;
- aprimorar os serviços de informatização da Secretaria de Cursos.

Além do que, podemos citar as Ações Desenvolvidas pela Universidade segundo os dados da Pró-Reitoria de Graduação obtidos por meio do site da UESB:

- Avaliação conjunta dos Cursos de Graduação com Colegiados e Departamentos, pautando-se nas demandas específicas tanto das necessidades internas dos cursos, bem como nas transformações ocorridas na carreira profissional, na sociedade, etc;
- Consolidação dos cursos de graduação, tanto no seu aspecto político-pedagógico, quanto na consolidação da implementação dos novos cursos;
- Auxílio na compatibilização de informações e dados acadêmicos para subsidiar os trabalhos relativos à Avaliação Institucional;
- Ações que visam a ampliação do quadro docente permanente;
- Realização de seleção e concurso público, com vistas à contratação e nomeação de professores, respectivamente;
- Criação e/ou readequação de resoluções de caráter acadêmico, relativas às normas de funcionamento dos cursos;
- Acompanhamento dos processos de reconhecimento e/ou renovação de reconhecimento dos cursos de graduação da UESB;
- Orientação e acompanhamento dos processos de reformulação curricular dos Cursos de Graduação.

Essas ações intensificam as atividades da UESB e a caracterizam como uma universidade de acordo com o que dispõe a Lei 9394/96, que especifica o triplo caráter ensino, pesquisa e extensão como requisitos para que uma instituição de ensino superior seja classificada como tal. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, o Brasil possui hoje em média 2.300 instituições de ensino superior, sendo que somente 163 são universidades.

Hoje a UESB oferece uma gama de cursos de áreas diversas que atendem às necessidades de setores distintos do mercado de trabalho. Segundo as informações fornecidas pela PROGRAD, entre os anos de 2002 e 2010 o número de cursos aumentou mais que 65% do total oferecido nos três campi, passando de 26 para 43 respectivamente. Essa distribuição de cursos se faz da seguinte forma: Há um total de 20 cursos para o campus de Vitória da Conquista, 15 cursos para Jequié e 8 cursos para Itapetinga.

Considerando-se a classe (auxiliar, assistente, adjunto, titular e pleno) e a titulação (graduado, especialista, mestre, doutor, pós-doutor), em 2013, a UESB possui um total de

1029 docentes. Segundo a PROGRAD, em Vitória da Conquista essa soma é contabilizada em 515 professores, distribuída por departamentos como mostra a tabela 9.

**TABELA 5** - Quantidade de docentes da UESB, por departamento, campus Vitória da Conquista, 2013.

<b>Departamentos</b>	<b>Titulação Permanente (auxiliar, assistente, adjunto, titular e pleno)</b>	<b>Titulação Temporária (substitutos e visitantes)</b>	<b>Total</b>
<b>DCSA</b>	78	11	89
<b>DCE</b>	50	05	55
<b>DCN</b>	123	05	128
<b>DEAS</b>	14	01	15
<b>DELL</b>	50	3	53
<b>DFCH</b>	76	4	80
<b>DFZ</b>	32	1	33
<b>DG</b>	27	5	32
<b>DH</b>	26	4	30
<b>TOTAL</b>	476	39	515

Fonte: PROGRAD (2013)

### 3.1.1 Cursos de Graduação e pós-graduação (*lato sensu e scricito sensu*)

Atualmente, a UESB de Vitória da Conquista oferece uma gama de cursos de graduação e de Pós-graduação (*lato sensu e scricito sensu*). A tabela 10 apresenta os cursos do campus de Vitória da Conquista, o turno e o departamento a que pertence.

**TABELA 6** - Cursos de Graduação oferecidos pela UESB, campus Vitória da Conquista, 2013.

<b>Curso</b>	<b>Turno</b>	<b>Departamento</b>
Ciências da computação	Matutino	Ciências exatas e da Terra
Física	Vespertino	Ciências Exatas e da Terra
Matemática	Vespertino	Ciências Exatas e da Terra
Ciências Biológicas	Vespertino	Ciências da Saúde
Ciências Biológicas (Bacharelado)	Diurno	Ciências da Saúde
Medicina	Diurno	Ciências da Saúde
Agronomia	Matutino	Ciências Agrárias
Engenharia Florestal	Matutino	Ciências Agrárias
Administração (Noturno)	Noturno	Ciências Sociais Aplicadas
Administração (vespertino)	Vespertino	Ciências Sociais Aplicadas
Ciências Econômicas	Noturno	Ciências Sociais Aplicadas
Ciências Sociais	Matutino	Ciências Humanas
Comunicação Social	Matutino	Ciências Humanas
Direito	Mat./Not.	Ciências Humanas
Filosofia	Noturno	Ciências Humanas
Geografia	Mat./Not.	Ciências Humanas

História	Not./Vesp.	Ciências Humanas
Letras Modernas	Vespertino	Ciências Humanas
Letras vernáculas	Vespertino	Ciências Humanas
Licenciatura Plena em Pedagogia	Mat./not.	Ciências Humanas
Psicologia	Matutino	Ciências Humanas
Cinema e Audiovisual	Matutino	Artes

Fonte: UESB (2012)

No que se refere aos cursos de pós-graduação *latu senso*, a UESB oferece atualmente, na cidade, em torno de 20 opções que abrangem as áreas de saúde, agrárias, humanas, letras, biologia e ciências exatas.

Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* reúnem-se em doze programas e um mestrado profissional. São eles:

- 1) Programa de Pós-Graduação em Agronomia
- 2) Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais
- 3) Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores
- 4) Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde
- 5) Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Alimentos
- 6) Programa de Pós-Graduação em Genética, Biodiversidade e Conservação
- 7) Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens
- 8) Programa de Pós-Graduação em Linguística
- 9) Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade
- 10) Programa de Pós-Graduação em Química
- 11) Programa de Pós-Graduação em Zootecnia
- 12) Programa de Pós-Graduação em Educação
- 13) Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional – PROFMAT/UESB

Na UESB, há um setor responsável pela supervisão e organização das atividades de pesquisa e pós-graduação, esse setor é conhecido como PPG (Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação). A partir de 2010 vem ocorrendo um movimento no sentido de desenvolver e melhorar as atividades oferecidas pelo setor, como por exemplo, o aumento do número de docentes com título de mestres ou doutores; aprovação de programas de qualificação dos docentes e técnicos; progresso na infraestrutura dos laboratórios através da compra de novos equipamentos, entre outros. O grande incentivo na criação e intensificação dos projetos de pesquisa são os meios encontrados pela instituição para dar progressos na produção científica, colaborando com o aumento da produção intelectual e enriquecimento das condições de

pesquisa. Tem-se a seguir as atividades desenvolvidas pela Pró-Reitoria que dinamizaram as atividades de pesquisa científica:

- Atendimento às demandas de pesquisa e pós-graduação;
- Estímulo à produção intelectual;
- Formação e consolidação de Grupos de Pesquisa;
- Formação de Núcleos Temáticos;
- Estímulo da participação de doutores em projetos de pesquisa institucionais e em agências de fomento externo;
- Estímulo da participação de servidores em redes de pesquisa consolidadas;
- Fortalecimento da Iniciação Científica na Instituição, pelo oferecimento de Bolsas (Bolsas PIBIC, CNPq, FAPESB, UESB, etc);
- Realização de Eventos Científicos anuais que estimulem e fortaleçam a pesquisa e iniciação científica institucional;
- Melhoria da Infraestrutura da Universidade pela captação de recursos, por meio de aprovação de projetos de pesquisa, frente aos órgãos de fomento.

Dados do ano de 2012 mostram que existem na instituição 647 projetos de pesquisa institucionais em andamento, sendo que há 134 grupos de pesquisa certificados no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). O programa de iniciação científica FAPESB-PIBIC-CNPq-UESB possui um total de 295 alunos bolsistas. Em 2010, a UESB designou para 78 projetos de pesquisa uma soma equivalente a R\$ 600.000,00, desse total, 39 projetos para o campus de Vitória da Conquista, 26 para Jequié e 13 para Itapetinga.

Segundo a GEAC (Subgerência de Assistência Estudantil), os recursos provenientes do Governo Estadual e direcionados às bolsas dos discentes e aos projetos de financiamento interno, realizados no Campus de Vitória da Conquista em 2011, distribuíram-se em duas ações: as Contínuas e as Esporádicas. As primeiras reuniram um valor destinado aos programas de R\$ 36.477,91 e aos projetos de 177.855,41. Já as Esporádicas se subdividiram em Cursos e em Eventos, captando valor equivalente a R\$ 2.002,50 e R\$ 86.236,23, respectivamente. Segundo a Gerência de Extensão e Assuntos Culturais (GEAC), os recursos captados através das bolsas de extensão estão somados em R\$ 81.082,93 e serão resumidas na Tabela 11 a seguir:

**TABELA 7** - Recursos destinados às bolsas para discentes e aos projetos de financiamento interno em R\$ para o ano de 2011.

				<b>Total</b>
	<b>AÇÕES CONTÍNUAS</b>	<b>AÇÕES ESPORÁDICAS</b>	<b>BOLSAS DE EXTENSÃO</b>	
<b>Programas</b>	36.477,91			
<b>Projetos</b>	177.855,41			
<b>Cursos</b>		2.002,50		
<b>Eventos</b>		86.236,23		
			81.082,93	
<b>Total</b>	214.333,32	88.238,73	81.082,93	383.654,98

Fonte: GEAC

Portanto, calcula-se um total de R\$ 383.654,98 atraídos para o campus de Vitória da Conquista, referentes às Bolsas e aos Projetos Internos em 2011.

Segundo a Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação, os recursos destinados à Pós-graduação da UESB tiveram com valor planejado R\$ 941.000,00 e o Executado de R\$ 717.238,19, destinados à implantação de novos cursos de Pós-Graduação; fomento a cursos de Mestrado e Doutorado; e gestão das atividades de Ensino de Pós-graduação, ou seja, as despesas com os cursos já existentes.

É válido lembrar também que os docentes vinculados aos programas de pós-graduação oferecidos pelos órgãos de fomento (programas externos) captam esses recursos através de transferências diretas para as contas específicas do projeto, representadas pelo coordenador sem a tramitação pela Universidade, não sendo possível precisar esses valores e tornando-se difícil sua mensuração. Logo, os recursos atraídos são maiores ainda do que o estimado.

### 3.1.2 Infraestrutura

A Assessoria de Obras e Projetos (AOP) oferece auxílio técnico à Reitoria da Universidade através do desenvolvimento de projetos de construções futuras, do cadastro e fiscalização de obras em andamento e da preparação de planos para reforma em diversos departamentos. Essas atividades são realizadas juntamente com o amparo e supervisão da Superintendência de Construções Administrativas da Bahia (SUCAB).

A iniciativa de propor projetos e adaptar propostas recebidas está no espaço de atuação da AOP, que procura atender as necessidades da comunidade acadêmica. Em 2010 houve na UESB o desenvolvimento de 43 projetos, sendo 13 projetos no campus de Vitória da Conquista, entre eles:

**FIGURA 1** - Construção de módulo de salas de aula - área construída de 919,20m<sup>2</sup>.



Fonte: UESB (2010)

**FIGURA 2** - Módulo de Engenharia Florestal - área construída de 1.444,42m<sup>2</sup>.



Fonte: UESB (2010)

**FIGURA 3** - Módulo de Educação - área construída de 754.70m<sup>2</sup>.



Fonte: UESB (2010)

**FIGURA 4** - Construção da Fábrica de Doces e Biscoitos - área construída de 407,20m<sup>2</sup>.



Fonte: UESB (2010)

**FIGURA 5** - Pintura das Paredes Internas e Externas do Módulo Administrativo.



Fonte: UESB (2010)

**FIGURA 6** - Pintura das Paredes Internas e Externas no Módulo de Laboratórios.



Fonte: UESB (2010)

**FIGURA 7** - Reabilitação das Vias de Acesso.



Fonte: UESB (2010)

**FIGURA 8** - Construção da Segunda Etapa da Residência Universitária, área construída de 279,45m<sup>2</sup>.



Fonte: UESB (2010)

**FIGURA 9** - Construção de Calçadas.



Fonte: UESB (2010)

**FIGURA 10** - Conclusão da Biofábrica - área construída de 86,97m<sup>2</sup>.



Fonte: UESB (2010)

**FIGURA 11** - Sinalização das vias internas do campus.



Fonte: UESB (2010)

**FIGURA 12** - Reforma da Creche - área reformada de 316,65m<sup>2</sup>



Fonte: UESB (2010)

Cabe mencionar ainda a reforma do Museu Pedagógico Padre Palmeira, com área construída de 16,00m<sup>2</sup>.

### 3.2 Recursos destinados ao campus de Vitória da Conquista

A UESB recebe anualmente recursos financeiros através de transferências do Governo do Estadual da Bahia e redistribui para suas atividades, que se dividem em pagamento de pessoal, despesas de custeio e investimentos na própria instituição. Esses recursos provocam impactos econômicos das mais diversas magnitudes sobre os municípios onde a UESB está instalada. Como já mencionado, este trabalho estará restrito somente a observar os efeitos provocados pelos recursos destinados ao campus de Vitória da Conquista.

Esses impactos podem ser entendidos se considerarmos que ao fazer um projeto de investimento, como por exemplo, a construção de um módulo de sala de aula, a UESB estará interferindo em vários setores da Economia Conquistense de modo a injetar recursos naqueles que não estão ligados diretamente ao funcionamento da Instituição. Teoricamente, se caracteriza como Efeito Multiplicador (um aumento nos investimentos gera um aumento proporcionalmente maior na renda), pois para realizar tal construção, contratam-se empresas de engenharia responsáveis pela obra; compra-se cimento, cadeiras, lâmpadas, tijolos; contrata-se mão de obra, etc. Sendo que uma parte desses recursos permanece no Município e uma outra sai para localidades diversas; porém, não é possível mensurar que quantidade será essa, devido a grande variedade de municípios receptores de tais recursos.

Essa contextualização nos remete às ideias de Polèse (1998) sobre o multiplicador, ou seja, cada novo fluxo monetário que entra numa região, advindo de uma atividade exportadora, impulsionará outras atividades, desde que permaneça e seja reutilizado na economia local. Essa atividade exportadora, no caso da UESB, é caracterizada pelo repasse de recursos do Governo Estadual para manutenção das atividades da Universidade.

Outro tipo de impacto é gerado através do pagamento dos salários aos professores e funcionários lotados no campus, tendo em conta que esses recursos são revertidos para setores dos mais diversos: supermercados, lanchonetes, padarias, vestuários, calçados, aluguéis, compra de imóveis, água, luz, telefone, lazer, transportes, etc.

No orçamento consolidado, constam os valores recebidos pela UESB em 2011, que totalizaram 171.786.890,27. Esses recursos, provenientes de repasses do governo estadual, foram redistribuídos para o campus de Vitória da Conquista, Itapetinga e Jequié. O valor destinado ao campus de Vitória da Conquista é avaliado em aproximadamente R\$ 87.021.519,27, valor dividido em despesas de capital, despesas correntes<sup>2</sup> e outras despesas

---

<sup>2</sup> São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou

correntes. O pagamento de pessoal consiste na remuneração devida aos funcionários-técnicos e professores. As despesas de custeio são realizadas para a conservação da Universidade: pagamento de água, luz, telefone, materiais de escritório, segurança, manutenção de equipamentos, diárias, transporte, limpeza, serviços terceirizados, entre outros. Por fim, os gastos com investimentos, que são realizados nas construções de módulos de salas de aula, aquisição de livros para o acervo da biblioteca, reforma de prédios, criação de novos cursos, etc.

Os valores das despesas com pessoal e encargos sociais para o campus de Vitória da Conquista giram em torno de R\$ 60.913.554,68. Tais despesas abrangem: contratações por tempo determinado, salário família, vencimentos e vantagens fixas, obrigações patronais, diárias, material de consumo, passagens e despesas com locomoção, locação de mão de obra, auxílio alimentação, entre outros que, somadas às outras despesas da mesma espécie, totalizam R\$ 81.636.229,50 em despesas correntes. Cabe lembrar que todos esses valores são aproximados.

Os valores das despesas de capital foram os investimentos feitos na unidade, distribuídos em obras e instalações, equipamentos e material permanente e despesas de exercícios anteriores, totalizando uma soma de R\$ 4.257.215,69. A seguir, a figura 13 apresenta o detalhamento das despesas de capital e despesas correntes, segundo o orçamento da UESB e o relatório de bens por fornecedores.

Os salários recebidos pelos professores e funcionários da UESB geram uma série de impactos sobre a economia da cidade: padarias, setor imobiliário, farmácias, supermercados, comércio, lazer, restaurantes, postos de gasolina, locadoras, livrarias, etc. Percebe-se que tais impactos são considerados multiplicadores, pois a injeção indireta de recursos, através dos salários, promove uma ‘cadeia de injeções’ em diversos setores do município. Nesse caso, em decorrência de suas atividades, a UESB atraiu para a economia de Vitória da Conquista no ano de 2011 recursos calculados em aproximadamente R\$ 87.021.519,27, além da captação de recursos diretamente dos órgãos de fomento, que não passam pela tramitação da universidade, em torno de R\$ 717.238,19. Todas essas transferências do Governo Estadual são exatamente o que Tiebout (1956) defendeu sobre os gastos do governo de esferas

---

privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes. (Redação dada pelo Decreto Lei nº 1.939, de 20.5.1982). E São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente. (Redação dada pelo Decreto Lei nº 1.939, de 20.5.1982).

superiores, que se consolidam como um importante elemento de dinamismo para a promoção do desenvolvimento regional endógeno.

**FIGURA 13** - Detalhamento das despesas de capital e despesas correntes.

1. Despesas correntes	82.764.303,59
1.1 Pessoal e Encargos Sociais	60.913.554,68
1.1.1 Aplicações Diretas	50.421.134,94
1.1.1.1 Contratações Por tempo Determinado	2.734.782,41
1.1.1.2 Outros Benefícios Assistenciais	5.995,55
1.1.1.3 Salário família	1.614,50
1.1.1.4 Vencimentos e Vantagens Fixas	46.007.924,77
1.1.1.5 Obrigações Patronais	692.664,20
1.1.1.6 Outras Despesas Variáveis - PE	978153,55
1.1.2 APL Direta Decorrente de OP	10.492.419,73
1.1.2.1 Obrigações Patronais	10.492.419,73
1.2 Outras Despesas Correntes	20.722.674,78
1.1.3 Aplicações Diretas	20.055.009,85
1.1.3.1 Outros Benefícios Assistenciais	4.186,15
1.1.3.2 Diárias – Civil	610.182,20
1.1.3.3 Material de Consumo	3.139.871,19
1.1.3.4 Passagens e Despesas de Locomoção	839.827,15
1.1.3.5 Serviços de Consultoria	10.667,5
1.1.3.6 Outros Serviços de Terceiros	5.239.147,23
1.1.3.7 Locação de Mão de Obra	2.716.912,15
1.1.3.8 Outros Serviços de Terceiros	4.343.715,04
1.1.3.9 Auxílio Alimentação	1.480.341,10
1.1.3.10 Obrigações Tributárias e Contratuais	877.785,70
1.1.3.11 Auxílio Transporte	239.117,00
1.1.3.12 Comunicação de Governo – Publicidade	117,00
1.1.3.13 Sentenças Judiciais	167.341,10
1.1.3.14 Despesas de Exercícios anteriores	1.397.470,74
1.1.3.15 Indenizações e Restituições	304,62
1.1.3.16 Comunicações de Governo	116.098,09
1.1.4 APL direta Decorrente de OP	667.664,93
1.1.4.1 Outros Serviços de Terceiros	202.683,49
1.1.4.2 Contribuições	426.263,48
1.1.4.3 Despesas de Exercícios anteriores	38.717,96
2 Despesas de Capital	4.257.215,68
2.1 Investimentos	4.257.215,68
2.1.1 Aplicações Diretas	
2.1.1.1 Obras e Instalações	1.295.480,16
2.1.1.2 Equipamentos e materiais Permanentes	4.188.892,48
2.1.1.3 Despesas de Exercícios Anteriores	913.560,72

Fonte: Demonstrativo da Despesa 2011 – anexo 2 da Lei 4320/64 e Relatório de Bens por Fornecedores 2011

No que tange ao setor de compras da UESB, o comércio local também é beneficiado pelas atividades da instituição. Do orçamento consolidado de 2011 e do Relatório de Bens por Fornecedores 2011 do almoxarifado, extraímos os dados referentes às transferências destinadas aos materiais de consumo e permanentes para o campus de Conquista. Essas compras são realizadas dentro e fora do município, até mesmo a nível nacional.

Segundo o Relatório de Bens do almoxarifado da UESB, os recursos destinados à compra de bens para incorporar ao patrimônio da instituição, reuni um total de R\$ 7.397.086,88, distribuídos entre materiais de consumo (R\$3.139.871,19), dos quais são efetivamente depositados no mercado local R\$ 1.491.010,37 (47,49%); e materiais permanentes (R\$ 4.257.215,69), cuja permanência é de R\$ 4.188.892,48 (98,40%). Somando as duas retenções (R\$ 1.491.010,37 e R\$ 4.188.892,48) significa que a economia local absorveu R\$ 5.679.902,85 (76,79%) do total de compras realizadas pela UESB – Campus V/C.

Esse contexto nos faz resgatar os conceitos da Teoria do Efeito Multiplicador, pois quando se contrata serviços ou realizam-se compras, outros setores da economia local são afetados. Nessas circunstâncias, um aumento nos investimentos (a exemplo dos recursos provenientes do Governo Estadual para a UESB) provoca um aumento proporcionalmente maior na renda (renda dos que comercializam os serviços ou produtos com a UESB, seja direta ou indiretamente). Sendo que uma parte desses recursos permanece no Município e uma outra sai para localidades diversas. É o que Polèse (1998) considera como “vazamento” ou “fugas” da economia, refletindo negativamente nos níveis de renda e emprego local. No caso aqui analisado, tem-se um total de 1.717.184,03 de fugas, ou seja, 23,21% dessas compras foram realizadas fora do município. A seguir será apresentada a tabela 8 com o direcionamento das compras de bens no ano de 2011.

**TABELA 8** – Valor em R\$ das compras de bens para o campus de V/C, os valores de permanência no mercado local e as fugas.

Total de recursos-campus V/C	Materiais de Consumo		Materiais Permanentes		Total de recursos que permanecem no município	Total de fugas
	R\$3.139.871,19		R\$4.257.215,69		A + C	B + C
R\$ 7.397.086,88	Permanência no mercado (A)	Fugas (B)	Permanência no mercado (C)	Fugas (D)	R\$ 5.679.902,85 (76,79%)	R\$ 1.717.184,03 (23,21%)
	R\$ 1.491.010,37 (47,49%);	R\$ 1.648.860,82 (52,51%)	R\$ 4.188.892,48 (98,40%)	R\$ 68323,21 (1,6%)		

Fonte: e Relatório de Bens por Fornecedores do almoxarifado (2011)

Para chegarmos à estimativa do impacto gerado pela UESB na economia do município de Vitória da Conquista, iremos diminuir dos recursos que entram pela UESB os vazamentos das compras realizadas pela instituição, ou seja, somaremos as despesas correntes (aproximadamente R\$ 82.764.303,59) com as despesas de capital (aproximadamente R\$ 4.257.215,68), mais os recursos oriundos dos órgãos de fomento que não passam pela tramitação da Universidade (R\$ 717.238,19), menos as fugas de recursos (R\$ 1.717.184,03), chegando a um total de aproximadamente R\$ 86.021.573,43 em retenções. Os dados estão organizados na figura 14.

**FIGURA 14** – Análise quantitativa das retenções financeiras gerado pela UESB no ano de 2011.

$$\text{DCO} + \text{DCA} + \text{OF} - \text{F} = \text{R}$$

$$\text{R\$ } 82.764.303,59 + \text{R\$ } 4.257.215,68 + \text{R\$ } 717.238,19 - \text{R\$ } 1.717.184,03 =$$

$$\text{R\$ } 86.021.573,43$$

Legenda:

DCO = Despesas correntes

DCA = Despesas de capital

OF = Recursos oriundos de órgãos de fomento

F = Fugas

R = Retenções de recursos na economia de Vitória da Conquista

Fonte: Demonstrativo da Despesa 2011

É interessante notar que, apesar de o município ter como setor econômico mais pujante o terciário (63% do PIB), é no setor secundário que permanece a maior quantidade de recursos referentes às compras de materiais da instituição. Esse evento pode ser explicado pelo fato de que as empresas conquistenses que efetuam as vendas são meras intermediadoras das transações entre empresas de fora e a universidade. Outra conclusão a que chegamos é que as máquinas e os equipamentos direcionados à manutenção possuem valor de mercado maior se comparados aos bens de consumo (papel, caneta, produtos de limpeza, entre outros) o que faz aumentar consideravelmente as porcentagens de retenção em apenas um único produto.

De acordo com o setor responsável, esses percentuais poderiam ser maiores, já que o empresariado local é bastante atualizado com o mercado através de relações com empresas de fora. Porém, só não o é devido à característica marcante de cultura familiar muito tradicional na cidade, que criam empecilhos para a própria comercialização com órgãos públicos, relatando serem esses últimos de difícil pagamento ou muito ‘burocráticos’ (em seu sentido conotativo) para realização dos contratos de compra e venda de bens.

Lembrando-se de Boisier (1989), e o que se deve intensificar, o que está faltando ao empresariado da cidade é capacidade de organização social, ou seja, investidores locais que estejam dispostos a aproveitar as oportunidades das novas atividades locais (por exemplo, reposição do estoque de materiais de consumo da UESB) e a investir em atividades associadas a estas com maior intensidade (por exemplo, implantação de empresas na cidade que atendam à demanda de compras da Universidade). Caso contrário, tais oportunidades serão aproveitadas por investidores externos à região.

Quando se fala em novas oportunidades, referimo-nos a novos produtos inseridos na economia local, novos ramos, novas tendências, enfim, a chamada diversidade produtiva que seja capaz de atender às necessidades da sociedade local através de inovações.

A capacidade de organização social também é alcançada por meio da participação ativa da sociedade nas diretrizes e planejamento das políticas regionais. Como acontece com o município (enquanto ente federativo), que elabora seu próprio planejamento econômico a partir das suas necessidades, também acontece com a sociedade (população, em seu sentido restrito), direcionando os governantes a trabalharem em cima dos pontos a serem melhorados ou aperfeiçoados, unindo esforços para aumentar a eficácia das atuações governamentais.

A falta dessa participação da população gera dois pontos negativos: políticas públicas mal direcionadas ou, até mesmo, fracassadas; e falta de interação ou identificação da sociedade local com tais políticas.

Vale ressaltar que, no que se refere à Assessoria de Obras e Projetos (AOP), setor responsável pelas obras e elaboração de projetos de construção da Universidade, a contratação das empresas é feita através de licitação pública. No período de 2011, somente duas empresas locais ganharam, do total de quinze firmas para os três campi.

A seguir, iremos comparar alguns componentes do orçamento da PMVC com o da UESB e verificar qual o nível de importância financeira que a universidade representa perante o município.

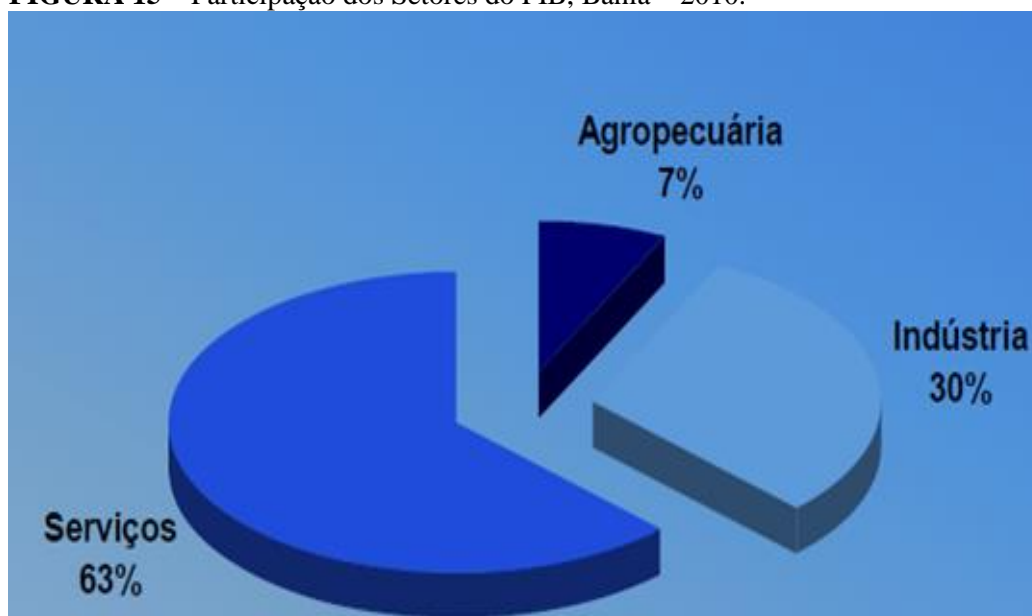
### 3.3 Orçamento da Prefeitura de Vitória da Conquista versus Orçamento da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (exercício 2011).

De acordo com o IBGE, Vitória da Conquista possuía, em 2010, uma participação de R\$ 3.469.179,00 no Produto Interno Bruto Estadual a preços correntes, e um PIB *per capita* de R\$ 11.323,35. A participação maior é no setor de serviços responsável por 63% do PIB, contra 30% no da indústria e 7 % no da agropecuária. O valor agregado no setor de serviços chega a R\$ 2.363.537,00, seguido da indústria de R\$ 549.183,00 e da agropecuária de R\$ 78.856,00. Tais dados demonstram ter o setor de serviços um comércio forte e dinâmico unido aos serviços educacionais e de saúde.

Em 2000, o PIB da cidade a preços correntes era de R\$ 774.336,00, com valor agregado do setor agrícola de R\$ 28.504,00, do setor industrial de R\$ 102.705,00 e do setor de serviços de R\$ 532.790,00.

A construção civil tem evidenciado importante vetor de crescimento para a cidade, principalmente nos últimos cinco anos devido à implementação do programa Minha Casa Minha Vida, por parte do Governo Federal. O setor tem grande participação na geração de empregos, com fortalecimento do mercado local.

**FIGURA 15** – Participação dos Setores do PIB, Bahia – 2010.



Fonte: SEI/IBGE

De acordo com o censo 2010 o Município possui uma área territorial de 3.356,89 km<sup>2</sup>, com uma população de 306.866 habitantes. O censo 2000 revelou uma população de

262.494, um aumento de aproximadamente 15% em dez anos. A estimativa do IBGE para 2013 é que esse número chegue a 336.987 pessoas no município. No que se refere ao IDHM, em 2000 tivemos um valor de 0,538 contra 0,678 em 2010. Em 2003, a incidência de pobreza e desigualdade no município chegou a 39,06%.

A Estatística do cadastro de empresas atuantes em 2011 foi de 8.490 unidades, que empregam regularmente 59.820 pessoas com salário médio mensal de dois salários mínimos.

A partir desses dados, e considerando-se o orçamento da PMVC no exercício 2011, compararam-se os recursos totais (373.828.000,38) com os da UESB, campus V/C (aproximadamente R\$ 87.021.519,27) e verificou-se uma equivalência de 23,27%. É como se a UESB gerasse 23,27% em receita municipal para os cofres públicos. Nesse contexto, percebe-se a grande importância da UESB frente ao crescimento da cidade e contribuição para o seu desenvolvimento.

**TABELA 9** - Comparação das receitas da PMVC com as despesas da UESB V/C (R\$).

<b>Total geral das receitas da PMVC</b>	<b>Total geral das despesas da UESB (valor aproximado)</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
373.828.000,38	87.021.519,27	23,27

Fonte: Orçamento da PMVC e UESB – exercício 2011

Em comparação com o total de receitas da PMVC confirmou-se o significado da UESB sobre a economia da cidade. Isso demonstra sua grande importância e força econômica no Município de Vitória da Conquista.

Outro dado muito valioso ao nosso estudo, obtido através secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal, é a comparação orçamentária da UESB com o valor agregado das dez maiores empresas do Município de Vitória da Conquista (R\$ 425.218.732,96), ou seja, as receitas da UESB é o que equivalem a 20,20% do valor agregado das dez maiores empresas, e se esse número reduzir para cinco firmas, a equivalência aumentará para 29,95%, ou seja, as cinco maiores empresas possuem um valor agregado de R\$ 286.774.658,74. A seguir, a tabela 10 apresenta a comparação das receitas da UESB com o valor agregado das dez maiores empresas da cidade<sup>3</sup>.

**TABELA 10** – Comparação das receitas da UESB com o valor agregado das 10 e 5 maiores empresas da cidade.

	<b>Receitas da UESB</b>	<b>Equivalência em %</b>

<sup>3</sup> Os valores agregados das dez maiores empresas foram fornecidos pela Secretaria de finanças da PMVC, somada empresa por empresa.

Valor agregado das 10 maiores empresas	R\$ 425.218.732,96	87.021.519,27	20,20
Valor agregado das 5 maiores empresas	R\$ 286.774.658,74	87.021.519,27	29,95

Fonte: Secretaria de Finanças/PMVC (2012)

### 3.4 Relação dos resultados alcançados com as conclusões das pesquisas dos autores Santos (2007) e Lopes (2003)

Como foi apresentado no capítulo dois desse trabalho, os autores Lopes (2003) e Santos (2006) fazem uma abordagem relevante acerca do papel da UESB para o crescimento e desenvolvimento do município de Vitória da Conquista. Neste sentido, iremos reunir os três trabalhos para compará-los e verificar se durante esses oito anos houve algum progresso dos impactos na economia local e se sim, qual a dimensão. A tabela 11 apresentará tal comparação.

Os dados exibidos abaixo dizem respeito aos itens em comum dos três trabalhos acadêmicos.

**TABELA 11** - Comparação dos autores Lopes (2003) e Santos (2007) aos resultados obtidos<sup>4</sup>

	<b>Lopes (2003)</b>	<b>Santos (2007)</b>	<b>Resultados Obtidos (2011)</b>
<b>Salários UESB</b>	R\$ 17.232.178,56	R\$ 26.710.805,45	R\$ 64.021.251,82
<b>Custeio UESB</b>	R\$ 16.424.794,98	R\$ 14.173.413,16	R\$ 22.965.595,18
<b>Investimento UESB</b>	R\$ 4.659.978,63		R\$ 4.474.410,97
<b>Orçamento total da UESB</b>	R\$ 9.440.503,78	R\$ 40.904.756,52	R\$ 91.461.196,57

Fonte: Lopes (2003), Santos (2007), Orçamento PMVC (2011) e orçamento UESB (2011).

Percebe-se que a comparação é feita de forma global (total das receitas da UESB e da PMVC), e de forma específica (alguns itens do orçamento). Assim, iremos analisar somente os itens em comum dos três trabalhos, isso porque cada um tem enfoque singular, mesmo tratando-se de trabalhos que abordam o mesmo assunto.

Os recursos provenientes do Governo Estadual à UESB no período de 2000 a 2011, que integram o orçamento da instituição mais que duplicaram, chegando a um aumento de 258% durante esses oito anos. Porém, o orçamento de 2007 sofreu uma queda de mais de 10%

<sup>4</sup> Valores deflacionados de acordo com o indexador IGPM – FGV.

em seus repasses, refletindo nos gastos em custeio e investimento. Já em 2011, essas despesas tiveram aumento de 244% para custeio e 168% para investimento em relação a 2000.

Em relação aos salários pagos, houve uma progressão mais que proporcional nos três anos analisados: de 2000 a 2007, 199% de aumento; de 2007 a 2011, 310% a mais. Isso quer dizer que, apesar de a UESB, em 2007, não ter investido tanto em despesas de custeio e investimento, o número de recursos destinados ao pagamento de docentes e servidores aumentou, significando que a instituição teve uma maior preocupação em investir em capital humano.

De acordo com Lopes (2003, apud SANTOS, 2007), a UESB contava com um corpo docente de 281 professores, já em 2005. Esse número pulou para 803 professores e 499 técnico-administrativos, chegando a um total de 1302 empregados. Segundo a Prograd, em 2013 a UESB conta com 1029 professores (graduação, pós-graduação, efetivos e temporários) e 463 técnicos administrativos, com um total de 1492. Desse número, 492 e 278 técnicos, respectivamente, se destinam ao campus de Vitória da Conquista.

A respeito dos retornos econômicos para o município, não pudemos comparar nenhum dos três anos, pois Santos (2007) trabalha com dados mais amplos, considerando o total de IES na cidade (públicas e privadas) e Lopes (2003) utiliza o multiplicador para mensurá-los. Já em nosso trabalho fazemos a simples retirada dos vazamentos para alcançar os retornos sobre a economia local.

A tabela 16 também mostra a receita orçamentária nos anos de 2000 e 2011, além da comparação entre as despesas da UESB com as receitas da PMVC relevantes ao nosso estudo.

As receitas do município foram de R\$80.967.924,23 em 2000 (LOPES, 2003) e R\$ 373.828.000,38 em 2011(ORÇAMENTO/2011), o que equivale dizer que houve uma progressão de 462%, aproximadamente. A tabela 12 mostrará a comparação das receitas da UESB com três categorias de arrecadação da PMVC<sup>5</sup>.

**TABELA 12** - Comparação das receitas da UESB V/C com três categorias de arrecadação da PMVC por autor (%).

	<b>Lopes (2003)</b>	<b>Resultados alcançados (2011)</b>
<b>Receitas do Município</b>	R\$80.967.924,23	R\$ 392.900.015,01
<b>Orçamento total da UESB</b>	R\$ 33.684.771,43	R\$ 91.461.196,57

Fonte: Lopes (2003), Santos (2007), Orçamento PMVC (2011) e orçamento UESB (2011).

<sup>5</sup> Valores deflacionados de acordo com o indexador IGPM – FGV.

No ano 2000, as receitas totais da UESB corresponderam a 28,8% das receitas totais da PMVC; e em 2011, essa relação se deu em 23,27%. Acreditamos que a causa dessa redução seja o fato de que as receitas totais do orçamento da PMVC neste ano tiveram uma aferição bem mais elevada do que as de 2000, ou seja, as receitas da PMVC 2011 foram 461% maiores que as de 2000 (LOPES, 2003; ORÇAMENTO PMVC, 2011), o que diminui a proporção entre UESB e PMVC.

Sendo assim, percebemos o interesse em manter uma universidade pública instalada em nosso município e a importância dos retornos econômicos que ela proporciona.

Segundo o censo 2010, e levando em consideração a pirâmide etária, a maior parte da população local está concentrada entre pessoas de 15 a 35 anos, o que mostra uma população jovem e assevera a grande necessidade da implantação de Universidades Públicas para atender à demanda local. Portanto, a importância da UESB aumenta se considerarmos que a falta de oferta educacional provocaria o êxodo estudantil em grande escala para cidades que ofereçam tais serviços.

Nesse sentido, está bastante evidente que a UESB é uma fonte de desenvolvimento regional e que, através dela, vários setores da economia local são retroalimentados. Partindo desse entendimento, acreditamos que se forem implantados projetos desse tipo em várias regiões do Estado, este poderia mostrar progressos em seus índices de desenvolvimento, pois evitaria o êxodo estudantil, ou seja, a proposta é a de implantar mais universidades públicas em outras regiões da Bahia, já que, segundo North (1955) o regionalismo tenderá a desaparecer, isto é, as regiões tenderão a trabalhar em conjunto, como uma única força em busca do desenvolvimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão que chegamos com esse estudo é que a UESB atrai para o município de Vitória da Conquista benefícios como: formação de profissionais qualificados (ponto secundário ao nosso estudo) com o objetivo de atender às necessidades do mercado de trabalho e da comunidade por meio da oferta de ensino superior de qualidade, serviços de saúde, assistência jurídica a partir da implantação de cursos de graduação, pós-graduação, iniciação científica e projetos de pesquisa e extensão; e benefícios econômicos (objeto central do nosso estudo) obtidos através da elevação da renda local a partir da injeção de recursos financeiros provenientes do funcionamento da Universidade.

Dessa forma, conceitos como Teoria de Base Econômica, Teoria da Base de Exportações, fugas, retornos econômicos e transferências governamentais são componentes da nossa base de estudos que contribuíram com a elaboração de ideias e concretização do trabalho monográfico.

A essência da Teoria de Base Econômica considera que as atividades econômicas de uma região podem ser divididas em básicas (aquelas cujo mercado está fora da região) e não básicas (aquelas que se destinam ao mercado interno à região). Daí nasce a Teoria da Base de Exportação batizada por Douglass North, que acreditava que o crescimento de uma região em volta de uma atividade exportadora era um ponto crucial para o seu desenvolvimento.

A UESB, por ter uma ligação direta com esferas superiores governamentais e por gerar emprego e renda no município, se torna um importante vetor de crescimento e desenvolvimento local. Nesse sentido, o objetivo do identificar os efeitos direto e indireto sobre a economia do município a partir do funcionamento da universidade. Esses impactos alcançam a comunidade local através do que podemos chamar de efeito multiplicador, o qual um aumento nos investimentos gera um aumento proporcionalmente maior na renda, ou seja, os gastos do indivíduo A (Governo Estadual) geram renda para o indivíduo B (professores e funcionários da UESB) que, ao gastá-la gera renda também para o C (diversos setores da economia local).

Verificamos o quanto foi atraído em recursos para a Universidade através das transferências realizadas pelo governo estadual. Notamos que tais despesas, de acordo com o orçamento de 2011, foram divididas em correntes (referente às despesas realizadas para manutenção da instituição) e de capital (referente às despesas com investimentos). Como a UESB possui três campi, o foco do estudo foi concentrado para o campus de Vitória da Conquista, que recebeu aproximadamente 50% dos recursos financeiros, sendo o restante

destinado a Jequié (aproximadamente 30%) e Itapetinga (aproximadamente 20%). Porém, só selecionamos o campus de Vitória da Conquista para estudo, devido à grande abrangência, tamanho da instituição e preferência pelo município.

As despesas correntes chegaram em 2011 a um total de R\$ 81.636.229,50, a exemplo dos salários recebidos pelos docentes e funcionários, que em sua grande parte são depositados no próprio município em diversos setores da Economia Local, como em aluguéis, compra de imóveis, serviços técnicos de informática e eletricitista, farmácias, supermercados, vestuários e calçados, postos de gasolina, concessionárias, entre outros. Além dessas despesas, temos as de capital (R\$ 4.257.215,69), que são investimento em infraestrutura, materiais permanentes, entre outros, realizados pela instituição para manter o seu estado de bom funcionamento ativo.

Resumindo-se, a UESB recebeu recursos do governo estadual na ordem de R\$ 87.021.519,27 e gerou para o município de Vitória da Conquista no ano de 2011 impactos perto de R\$ 86.021.573,43.

Tivemos a preocupação em abordar os estudos realizados pelos autores Santos (2007) e Lopes (2003) e compará-los ao nosso objeto pesquisado, já que eles utilizam como ponto de partida as instituições de ensino superior no município de Vitória da Conquista.

Nesse contexto, a UESB se torna grande influenciadora do dinamismo econômico no município, caracterizando-se como uma fornecedora de atividade base para a cidade através dos salários dos professores e funcionários e, principalmente, dos investimentos/gastos pelo governo estadual na instituição, gerando dinamismo e renda por meio de retornos para a economia local.

Com isso, concluímos que as universidades públicas não são meras unidades de despesas, mas fontes de desenvolvimento e dinamismo econômico regional. Nesse sentido, sugerimos que sejam elaborados constantemente projetos que invistam em universidades públicas já existentes e que sejam criadas novas unidades educacionais por todo o território baiano. Dessa forma, será possível evitar o êxodo estudantil em cidades que não dispunham desse serviço e melhorar os níveis de desenvolvimento econômico das regiões que integram o Estado através da retenção dos recursos financeiros gerados a partir do funcionamento das universidades locais.

## REFERÊNCIAS

BOISIER, Sérgio. Política Econômica, Organização Social e Desenvolvimento Regional. In: HADDAD, P.R. (org.). **Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A. 1996, p. 589-687.

\_\_\_\_\_. Política Econômica, Organização Social e Desenvolvimento Regional. In: HADDAD, P.R.(Org). **Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise**. Fortaleza: Banco do Nordeste de Brasil, 1989.p. 589-687.

CASA CIVIL. Lei nº**4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14320compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320compilado.htm). Acesso em 06 set. /2013.

FERNANDES, Ana C.; LIMA, João P. Cluster de Serviços: contribuições conceituais com base em evidências do pólo médico de Recife. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, nº 16, p.11-47, janeiro-abril, 2006.

HOOVER, Edgar M.; FISHER, Joseph L. **Estudo sobre o crescimento econômico regional**, 1977. In SCHWARTZMAN, J. Economia Regional: textos escolhidos. Cedeplar, Belo Horizonte, 1977, p. 281-290.

ÍNDICE DE CÁLCULOS NA WEB. **Atualização monetária**. Disponível em: <http://drcalc.net>. Acesso em 08 set. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 06 set. 2013.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, Cedeplar, 2009.

LOPES, R. P. Machado. **Universidade Pública e Desenvolvimento Local: Uma Abordagem a Partir dos Gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**. Vitória da Conquista, BA: Edições UESB, 2003.

NORTH, Douglass C. **Teoria da Localização e Crescimento Econômico Regional**, 1955. In: SCHWARTZMAN, J. Economia Regional: textos escolhidos. Cedeplar, Belo Horizonte, 1977, p. 291-312.

POLÈSE, Mario. **Economia Urbana e Regional**. Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, Coimbra – Portugal, 1998.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.

SANTOS, Ronan. **A expansão da soja em Barreiras – BA**. Viçosa: UFV, 1997. Monografia, Universidade Federal de Viçosa, 1997.

SANTOS, Ronan Soares dos. **Instituições de Ensino Superior e o Desenvolvimento Local em Vitória da Conquista-BA**. 111 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2007.

SILVA , Alexandre M. et al. Economia de Serviços: uma revisão de literatura. **Texto para Discussão** n.1173. Brasília: IPEA, 2006.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Editora Atlas, 2009, p. 77-82.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS DO ESTADO DA BAHIA. **Indicadores Especiais**. Disponível em: [www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br). Acesso em 06 jun. 2013.

TIEBOUT, Charles M. Exportações e Crescimento Econômico Regional. O Jornal da Economia Política(1956). In SCHWARTZMAN, J. (org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Cedeplar, Belo Horizonte, 1977, p. 315-323.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA. **Acadêmico graduação e pós-graduação**. Disponível em: <http://www.uesb.br/catalogo/historico.asp?cod=6>. Acesso em: 25 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Assessorias**. Disponível em: [www2.uesb.br/asplan](http://www2.uesb.br/asplan). Acesso em 20 jun.2013.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Bens por Fornecedor**. Almoxarifado, 2013.